

PERSMARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEL (EB) TARCIO DE ARRUDA PROENÇA

**SEGURANÇA E DEFESA: A EXPRESSÃO MILITAR DO PODER
NACIONAL COMO ELO NO FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO
SUL-AMERICANA**

Rio de Janeiro
2018

Cel (EB) TARCIO DE ARRUDA PROENÇA

**SEGURANÇA E DEFESA: A EXPRESSÃO MILITAR DO PODER
NACIONAL COMO ELO NO FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO
SUL-AMERICANA**

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) NELSON RICARDO
CALMON BAHIA

Rio de Janeiro
2018

DEDICATÓRIA

Esta tese dedico, primeiramente, à minha amada e paciente esposa, que por 24 anos me acompanha, desde que eu era Cadete da Academia Militar das Agulhas Negras. A você devo todas as minhas conquistas, alegrias e vitórias. Te amo.

Aos maiores orgulhos da minha vida, meus filhos Lucas e Vítor, para os quais busco sempre fazer o melhor, para que possam, cada vez mais, crescerem e continuarem sendo homens honestos, honrados e trabalhadores. Amo vocês.

Não poderia deixar de dedicar esse trabalho à minha querida mãe, minha eterna professora, que desde os trabalhos do jardim de infância e até hoje, me ajuda e corrige, e nessa tese não foi diferente. Obrigado minha mãe, te amo.

Ao meu pai, agora em um plano superior, que sempre foi, e continuará sendo, meu exemplo de caráter, respeito e do que é ser pai. Obrigado por ter me tornado um homem como você. Te amo. Saudades.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter permitido que eu chegasse até aqui com muita disposição, vontade e vibração.

Ao Exército Brasileiro, por me conceder a oportunidade de me aperfeiçoar, ainda mais, com a realização do curso que está entre os de mais alto nível das Forças Armadas.

À Marinha do Brasil, em especial à Escola de Guerra Naval, pela acolhida e demonstração de profissionalismo e competência.

Ao meu orientador o CMG (RM1) Nelson Ricardo Calmon Bahia, pela paciência, segura orientação, tempo e camaradagem dispensados para comigo, durante a condução desse trabalho.

À turma do C-PEM/2018, a melhor turma de todos os tempos, pela salutar convivência e longas jornadas, com muitas “fainas” e “sanhaços”.

Ao CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos, pela disposição e prestimosa colaboração que me permitiu aprimorar o desenvolvimento dessa pesquisa.

“Nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte”.
José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco
(Patrono da diplomacia brasileira)

RESUMO

A presente tese, tem por objetivo apresentar o papel da expressão militar do Poder Nacional no quadro de uma integração regional no âmbito da América do Sul. Dentro dessa intenção, primeiramente serão definidas algumas questões para melhor facilitar o entendimento, tais como: segurança, defesa, relações internacionais, segurança internacional e integração regional. Na sequência, estudar-se-á a América do Sul, um pouco de sua história, principalmente dos ressentimentos que ainda existem, assim como as organizações internacionais que nela atuam no contexto de segurança e defesa. Para melhor entender o pensamento reinante no subcontinente sobre o assunto, os Livros Brancos de Defesa, ou documentos correlatos, do Brasil e de alguns países sul-americanos, serão analisados com o intuito de verificar qual o nível de comprometimento existente com a integração regional. Para tanto, o enfoque metodológico da pesquisa pode ser verificado no referencial teórico, com conceitos baseados em autores como Berry Buzan, Lene Hansen, Hedley Bull, como também, uma verificação analítica, fundamentada em exames documentais e bibliográficos. A justificativa deste trabalho se dá pela aparição de novos atores, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, no cenário internacional que podem influenciar nas demandas estatais de segurança e defesa, uma vez que ultrapassam as fronteiras físicas dos países e requerem soluções conjuntas, e as Forças Armadas apresentam excelentes condições para contribuir, quer para estas resoluções, quer para o aprimoramento de uma verdadeira união sul-americana.

Palavras-chave: Brasil; América do Sul; segurança; defesa; relações internacionais; integração regional.

RESUMEN

El presente trabajo, tiene por objetivo presentar el papel de la expresión militar del Poder Nacional en el marco de una integración regional en el ámbito de América del Sur. Dentro de esa intención, primero se definirán algunas cuestiones para facilitar el entendimiento, tales como: seguridad, defensa, relaciones internacionales, seguridad internacional e integración regional. En consecuencia, se estudiará América del Sur, un poco de su historia, principalmente de los resentimientos que aún existen, así como las organizaciones internacionales que en ella actúan en el contexto de seguridad y defensa. Para entender mejor el pensamiento reinante en el subcontinente sobre el tema, los Libros Blancos de Defensa, o documentos relacionados, de Brasil y de algunos países sudamericanos, serán analizados con el fin de verificar cuál es el nivel de compromiso existente con la integración regional. Para ello, el enfoque metodológico de la investigación puede ser verificado en el referencial teórico, con conceptos basados en autores como Berry Buzan, Lene Hansen, Hedley Bull, así como una verificación analítica, fundamentada en exámenes documentales y bibliográficos. La justificación de este trabajo se da por la aparición de nuevos actores, sobre todo después de la Segunda Guerra Mundial, en el escenario internacional que pueden influir en las demandas estatales de seguridad y defensa, una vez que sobrepasan las fronteras físicas de los países y requieren soluciones conjuntas, y las Fuerzas Armadas presentan excelentes condiciones para contribuir, tanto para estas resoluciones, como para el perfeccionamiento de una verdadera unión sudamericana.

Palabras-clave: Brasil; América del Sur; seguridad; defensa; relaciones internacionales; integración regional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa político da América do Sul	93
Figura 2 –	Tratado de Tordesilhas	94
Figura 3 –	América Espanhola	95
Figura 4 –	Capitanias Hereditárias	96
Figura 5 –	Os Tratados Territoriais do Brasil no Século XVII	97
Figura 6 –	Disputa marítima Colômbia X Venezuela	98
Figura 7 –	Guiana Essequiba	98
Figura 8 –	Área tomada pelo Chile durante a Guerra do Pacífico	99
Figura 9 –	Disputa Marítima Chile X Peru	99
Figura 10 –	Decisão da CIJ sobre a disputa marítima Chile X Peru	100
Figura 11 –	Região ocupada pelo Peru com a guerra de 1941	100
Figura 12 –	Guerra do Cenepa	101
Figura 13 –	Ilhas Malvinas	101
Figura 14 –	Eixos de Integração e Desenvolvimento (IIRSA / COSIPAN)	102
Figura 15 –	<i>Ámbitos de actuación de la dimensión internacional de la Defensa Nacional</i>	103
Figura 16 –	Entorno Estratégico Brasileiro – PND 2016	103
Figura 17 –	Teoria do Quaternio – Cel Mafra (1996)	104

LISTA DE QUADROS/TABELAS

1 –	Níveis de Segurança e Instrumentos Estatais de Defesa	105
2 –	Principais acordos permanentes de cooperação e coordenação bilateral na região sul-americana e seus mecanismos institucionais (Argentina)	106
3 –	Acordos de Cooperação internacional do Ministério de Defesa Nacional do Chile relativos à cooperação em ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED –	Ações Estratégicas de Defesa
AFA –	Academia da Força Aérea
ALADI –	Associação Latino Americana de Integração
ALALC –	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
AMAN –	Academia Militar das Agulhas Negras
Art –	Artigo
AS –	América do Sul
BID –	Base Industrial de Defesa
CAD-SUL –	Curso Avançado de Defesa Sul-Americano
CAN –	Comunidade Andina de Nações
CCEM –	Curso de Comando e Estado Maior
CDS –	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEED –	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa
CEMOS –	Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores
CIJ –	Corte Internacional de Justiça
CMDA –	Conferência dos Ministros da Defesa das Américas
COSIPLAN –	Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento
CS –	Conselho de Segurança
CSN –	Comunidade Sul-Americana de Nações
CV –	Comando Vermelho
EB –	Exército Brasileiro
ECEME –	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
ED –	Estratégias de Defesa
EGN –	Escola de Guerra Naval
EN –	Escola Naval
END –	Estratégia Nacional de Defesa
ESG –	Escola Superior de Guerra
ESUDE –	Escola Sul-Americana de Defesa
EUA –	Estados Unidos da América
FA –	Forças Armadas
FAB –	Força Aérea Brasileira
FARC –	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

IIRSA –	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IR –	Integração Regional
JID –	Junta Interamericana de Defesa
Km ² –	Quilômetros Quadrados
LBDN –	Livro Branco de Defesa Nacional
MB –	Marinha do Brasil
MD –	Ministério da Defesa
MERCOSUL –	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH –	Missão da Nações Unidas para a estabilização do Haiti
OEA –	Organização dos Estados Americanos
OI –	Organização Internacional
OIG –	Organizações Intergovernamentais Internacionais
OMC –	Organização Mundial do Comércio
OND –	Objetivos Nacionais de Defesa
ONG –	Organização Não Governamental
ONU –	Organização das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA –	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PCC –	Primeiro Comando da Capital
PDN –	Política de Defesa Nacional
PID –	Política Internacional de Defesa
PND –	Política Nacional de Defesa
RI –	Relações Internacionais
SI –	Sistema Internacional
SISFRON –	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SSM –	Secretaria de Segurança Multidimensional
TCA –	Tratado de Cooperação Amazônica
TIAR –	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
EU –	União Europeia
UNASUL –	União de Nações Sul-Americanas
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	Segurança e Defesa.....	21
2.2	Relações Internacionais.....	24
2.2.1	Tradições Teóricas das Relações Internacionais.....	25
2.2.2	Correntes Teóricas das Relações Internacionais.....	28
2.3	Segurança Internacional.....	31
2.4	Integração Regional.....	33
3	AMÉRICA DO SUL.....	36
3.1	Cenário Histórico.....	36
3.2	Cenário Regional.....	40
3.3	Ressentimentos Históricos.....	42
3.3.1	Colômbia X Venezuela.....	43
3.3.2	Venezuela X Guiana.....	44
3.3.3	Chile X Bolívia.....	45
3.3.4	Chile X Peru.....	46
3.3.5	Equador X Peru.....	47
3.3.6	Argentina X Reino Unido.....	48
3.4	Organizações Intergovernamentais na América do Sul.....	51
3.4.1	Organização dos Estados Americanos.....	55
3.4.2	Comunidade Andina de Nações.....	56
3.4.3	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.....	58
3.4.4	Mercado Comum do Sul.....	59
3.4.5	Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas.....	60
3.4.6	União de Nações Sul-Americanas.....	61
4	PERSPECTIVA SUL-AMERICANA SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM DEFESA.....	64
4.1	Perspectiva da Argentina.....	66
4.2	Perspectiva do Chile.....	67

4.3	Perspectiva da Colômbia.....	69
4.4	Perspectiva do Paraguai.....	70
4.5	Perspectiva do Peru.....	70
4.6	Perspectiva do Uruguai.....	71
4.7	Perspectiva do Brasil.....	72
4.7.1	Política Nacional de Defesa.....	73
4.7.2	Estratégia Nacional de Defesa.....	75
4.7.3	Livro Branco de Defesa Nacional.....	75
4.7.4	As Forças Armadas e a Integração Regional.....	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS.....	84
	ANEXO A.....	93
	ANEXO B.....	105

1 INTRODUÇÃO

Ao final da II Guerra Mundial (1939-1945), os países europeus viram a necessidade de se unirem para a reconstrução física, política e econômica do continente. Entenderam que, dessa forma, estariam mais protegidos contra ameaças internas e externas, podendo, assim, reestabelecerem-se mais prontamente.

O processo teve início em 1951 com a assinatura do Tratado de Paris, estabelecendo a Comunidade Europeia do Carvão e de Aço. Posteriormente, em 1957, foi assinado o Tratado de Roma, instituindo a Comunidade Econômica Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atômica. Da fusão dos valores, projetos e pensamentos dessas três entidades surgiu, em 1992, a União Europeia (UE), hoje, o exemplo de integração regional mais bem sucedido.

No subcontinente sul-americano (FIG 1 – ANEXO A), processo semelhante teve início em 1969 com a criação do Pacto Andino, que hoje tem a denominação de Comunidade Andina de Nações (CAN), cujos integrantes iniciais foram Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile e Venezuela (admitida em 1973), tendo estes dois últimos países abandonado o bloco em 1976 e 2006, respectivamente (GOLDBAUM; LUCCAS, 2012).

Em 1991, iniciativa análoga deu origem ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), tendo como seus países fundadores a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que posteriormente recebeu como associados Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Este último tornou-se membro efetivo, porém, em 2017 foi notificado da suspensão de todos os seus direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, devido ao não reestabelecimento da ordem democrática (BRASIL, 2017d).

A derrubada do Muro de Berlim (1989) e a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, marcaram o fim da bipolaridade existente no mundo

desde 1945. Porém, o cenário de um novo conflito mundial não foi esquecido, uma vez que outras questões vieram à tona com o surgimento de novas ameaças e a manutenção do risco nuclear.

Anos depois, em 2001, o episódio dos ataques ao *World Trade Center* e ao Pentágono, nos Estados Unidos da América (EUA), mudou por completo a sistemática de segurança e de defesa internacionalmente, entrando em cena uma nova ameaça: o terrorismo global. Segundo Rezende (2013), essa mudança alterou sensivelmente o valor da cooperação em segurança e em defesa, na busca da manutenção da paz e da estabilidade do Sistema Internacional (SI).

Tendo em vista o surgimento desse novo cenário, na América do Sul (AS) notou-se a necessidade de agrupar os processos de cooperação e de integração face à constante dependência dos países desenvolvidos. Essa situação relaciona-se à falta de interesses comuns na articulação regional quanto à diplomacia e segurança, como também a não existência de instrumentos voltados para ampliar a atuação conjunta no SI (MENDES *et al*, 2017).

Em maio de 2008, durante a III Cúpula de Chefes de Estado da América do Sul, realizada na cidade de Brasília – DF, que contou com a presença de líderes dos doze países soberanos do subcontinente, foi assinado o Tratado de Brasília, documento constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Esse tratado criou uma organização internacional dotada de personalidade jurídica e estabeleceu seus atributos institucionais, além de definir metas para ações futuras em diferentes áreas: (i) cooperação econômica e comercial; (ii) integração energética e desenvolvimento da infraestrutura; (iii) integração industrial e produtiva; (iv) integração financeira; (v) promoção da diversidade cultural; (vi) *intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa; e (vii) segurança pública*¹ (BRASIL, 2017c, grifo nosso).

¹ Os dois últimos estão em destaque por terem ligação direta com esta tese.

A UNASUL surgiu, de um modo geral, com o intuito de agregar a CAN e o MERCOSUL, e conforme está previsto em seu Tratado Constitutivo, os países membros afirmam “sua determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americana e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura” (BRASIL, 2017c, p. 6).

Essa iniciativa de regionalização está fundada em princípios basilares, que dentre eles é possível citar o irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados. A assinatura do Tratado de Brasília foi um passo em direção à consolidação do multilateralismo do subcontinente, e convencionou-se que sua implementação deveria ser gradual e flexível (BRASIL, 2017c).

A expressão militar do Poder Nacional² tem um grande potencial para contribuir com o robustecimento dessa estrutura multinacional. Cooperar em assuntos de defesa serve para reforçar e dar mais credibilidade à posição relativa dos Estados participantes, quer frente aos demais associados, quer frente aos países dominantes, isso tudo sem se descuidar do dilema da segurança³ (REZENDE, 2013).

A consonância de ideias surgidas por ocasião da aprovação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) na Reunião Extraordinária do Conselho dos Chefes de Estado e de Governos da UNASUL, em dezembro de 2008, cujos objetivos principais eram, e continuam sendo, consolidar a AS como zona de paz e a busca por uma identidade conjunta regional em matéria de defesa, ratificam tal pensamento. O CDS surgiu como “uma instância, de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa” (BRASIL, 2017c, p. 67) e não como uma aliança puramente militar com fins bélicos.

² Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. O Poder Nacional deve ser sempre entendido como um todo, uno e indivisível. Ele se manifesta através de suas cinco expressões: Política; Econômica; Psicossocial; Militar; e Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014a).

³ O conceito de segurança será melhor explorado no Capítulo 2 (Item 2.1 Segurança e Defesa).

Corroborando com o exposto, foi dada origem, em 2009 dentro do CDS, ao Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) na cidade de Buenos Aires e a fundação, em 2014, da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), na sede da Secretaria-Geral da UNASUL, em Quito. Ambos são estabelecimentos para a realização de estudos superiores, intercâmbios, formação e capacitação de civis e militares em matéria de defesa e segurança, fortalecendo dessa maneira àquela identidade comum pretendida.

Após reflexões sobre alguns fatos mais recentes da história, esta tese buscará analisar o incremento das diversas relações entre os países sul-americanos, em particular no campo militar. Também, verificará o prosseguimento da implementação da integração, que hoje em consequência de alguns problemas, como a crise econômica, social e política vivida na Venezuela, está estagnada e sem consenso entre os países membros da UNASUL.

Dessa forma, a metodologia escolhida para a realização do trabalho foi a descritiva, baseada na pesquisa documental, sendo realizada em consultas a documentos oficiais do Brasil, de outros Estados da América do Sul e de organizações regionais, a sítios especializados sobre o assunto disponíveis na internet, a livros, revistas e trabalhos acadêmicos acerca do tema.

Para melhor discorrer sobre a questão, seguiu-se a taxionomia de Vergara (2014), vindo essa pesquisa ser descritiva, explicativa, documental e bibliográfica. Descritiva, pois buscou-se descrever a atual situação da segurança e defesa no subcontinente sul-americano. Explicativa, porque visou esclarecer a importância da integração regional por meio do componente militar do Poder Nacional. Documental, pois analisou dados oficiais do Brasil e de alguns países integrantes da UNASUL. E ainda, bibliográfica, por ser sua fundamentação teórico-metodológica baseada em assuntos disponíveis em trabalhos acadêmicos e artigos de acesso livre ao público em geral.

O objetivo desta tese é o de inferir sobre a importância das contribuições da expressão militar do Poder Nacional para o fortalecimento da integração sul-americana. Para tanto, no segundo capítulo serão expostos, para melhor ambientar o tema, alguns conceitos e teorias relativos à defesa, segurança e integração regional. Autores como Dias, Mingst e Arrenguin-Toff serão importantes nas questões relativas as relações internacionais (RI) e suas teorias, assim como Buzan, Hansen e Wæver fornecerão subsídios nas conceituações e no entendimento de temas como sociedade e segurança internacional. Também serão estudados manuais e publicações do Ministério da Defesa (MD), da Escola Superior de Guerra (ESG), Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e Escola de Guerra Naval (EGN).

Dando continuidade nesta composição, o capítulo 3 apresentará reflexões acerca da AS, sobre os ressentimentos históricos existentes entre alguns países que ainda estão latentes e que, por ventura, podem interferir na regionalização, bem como organismos internacionais atuantes no subcontinente. A bibliografia será fundada em documentos oficiais, livros, trabalhos e publicações relacionados com os temas.

No capítulo seguinte examinar-se-ão os Livros Brancos de Defesa, ou documentos correlatos, da Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai a fim de enunciar a visão sobre defesa e segurança destes Estados em relação à integração. No prosseguimento identificar-se-á a perspectiva brasileira sobre os mesmos temas, por meio do estudo da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), para que se possa verificar, com certa ênfase no viés militar, o papel do Brasil no processo de integração.

Por fim, considerações à guisa de conclusão final serão delineadas no Capítulo 5, no qual será apresentada uma síntese sobre o que foi discorrido e a devida influência que o Poder Militar tem no fortalecimento institucional da integração regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A complexidade do atual cenário mundial, onde as relações estão cada vez mais globalizadas e interdependentes, consolida novos fenômenos de segurança, os quais antes ocultos e diluídos pelo debate em torno da Guerra Fria (1947-1991), estavam centrados no conflito leste-oeste. De maneira mais específica, esses fenômenos são a disputa econômico-tecnológica, os problemas ambientais, o crescimento populacional, as migrações internacionais e o narcotráfico (VILLA, 2001). Deve-se somar aos anteriores, e de maneira mais complexa, o terrorismo. Todos esses estão sendo encarados como ameaças, posto que extrapolam as fronteiras físicas dos Estados, tornando as questões de segurança e defesa preocupações não mais apenas dos países, como também regionais, e até mesmo de importância mundial.

O surgimento dessas novas ameaças, de novos atores e novas relações mudou, substancialmente, a agenda de segurança internacional e fez com que os Estados reformulassem suas políticas de defesa, buscando salvaguardar seus interesses, riquezas, mas acima de tudo, sua soberania e a segurança de seus cidadãos (BAHIA, 2017).

Segundo Guimarães⁴ (2004), a conjuntura política-militar mundial pode ser definida por uma crescente concentração de poder no centro do sistema internacional (países desenvolvidos) e pela instabilidade na periferia (onde se encontra a América do Sul), por crescentes tensões econômico-político-sociais e pelo surgimento de crises de toda natureza, que se tornam intermitentes e insolúveis pela deterioração física dos países e pela sua desintegração política.

O SI é reflexo das políticas dos Estados e está diretamente relacionado a determinados momentos históricos. Segundo Dias (2010), por séculos, esse sistema foi regido

⁴ Samuel Pinheiro Guimarães foi Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil de 2003 a 2009.

pelos princípios originados em 1648, com a Paz de Westfália, tratado que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos⁵ (1618-1648), e que estabeleceu as bases do Estado moderno. Suas principais características eram o respeito aos limites territoriais e a igualdade soberana dos Estados, que, por sua vez, levaram à igualdade jurídica entre os países, o que representa a premissa do atual sistema internacional.

Quando se realiza uma análise do SI, em acordo com o enfoque estruturado, pode-se verificar algumas de suas peculiaridades:

- (1) heterogeneidade dos países e complexidade no relacionamento;
- (2) grande potencial destruidor dos que possuem armas nucleares e modernos sistemas de lançamento;
- (3) existência de um sistema internacional difuso, onde se destacam, entre os países desenvolvidos, uma potência mundial e várias potências regionais;
- (4) diferenças, entre as nações desenvolvidas e as demais, cada vez mais acentuadas, onde a ciência e a tecnologia assumem papéis ainda mais importantes, para o desenvolvimento e para a segurança das nações;
- (5) tendências supranacionais em algumas regiões;
- (6) crescente vulnerabilidade dos estados a interferências externas;
- (7) crescente importância de atores que não representam estados, tais como organizações internacionais, organizações não-governamentais, empresas multinacionais e grupos de interesse, cujas influências ultrapassam as fronteiras nacionais;
- (8) elevado grau de interdependência entre todos os atores (BRASIL, 2001, p. 1-1/1-2).

Entende-se que uma unidade formada por um conjunto de interações entre diversificados atores mundiais e que agem de acordo com determinadas regras e processos constituem um SI. É nesse cenário que ocorrem as relações internacionais e onde as ações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas constituem os assuntos globais. Embora a dimensão econômica dite o ritmo dessas relações, é o quesito segurança internacional, em particular a necessidade que os Estados apresentam em garantir sua própria integridade, que assume função determinante nas relações internacionais (DIAS, 2010).

Assim sendo, este capítulo discorrerá inicialmente sobre segurança e defesa. Na sequência será tratado sobre as RI, suas tradições teóricas e correntes e por fim serão traçadas algumas considerações sobre segurança internacional e integração regional.

⁵ Principal conflito europeu do século XVII que envolveu a maior parte das potências do continente (ARRUDA; PILLETI, 2007)

2.1 Segurança e Defesa

Foi nos séculos XV e XVI, durante o ordenamento dos Estados modernos, que questões relacionadas com defesa e segurança ganharam realce. A conceituação de segurança e defesa avançou muito ao longo dos tempos. Uma das ideias iniciais que representava o entendimento de segurança eram as antigas muralhas de castelos e cidades, concepção bastante diversa dos atuais dispositivos e acertos adotados hoje pelos Estados e organismos internacionais. No tocante à defesa, o guarnecimento das posições fortificadas era o fundamento dos primeiros entendimentos sobre o tema, o que difere por completo das variadas e complexas noções estratégicas sobre defesa da atualidade (BRASIL, 2007).

Para as Forças Armadas (FA) segurança é o sentimento de proteção que uma sociedade necessita contra qualquer tipo de ameaça, enquanto defesa são as ações a serem realizadas para resguardar ou reestabelecer a condição de segurança (BRASIL, 2007).

Para Delgado⁶ (2004), estes dois conceitos são interdependentes, atuam em diversas áreas e nas políticas de um Estado democrático, seja no âmbito interno, seja externamente. Ele declara que segurança é uma obrigação do Estado, que deverá criar condições para que o cidadão viva livre de qualquer tipo de ameaça, mantendo sua liberdade e seu bem-estar. Já a defesa é a ferramenta para a proteção, quer sejam os meios, quer as estruturas ou estratégias de dissuasão para resistir a qualquer tipo de ataque.

De maneira geral, o conceito de segurança pode ser desmembrado em quatro níveis: individual, comunitário, nacional e coletivo. Estes condicionam as responsabilidades relativas à segurança, cabendo ao Estado, como detentor da maior parcela do Poder Nacional, os maiores encargos de segurança. Os dois primeiros níveis estão no âmbito da segurança pública, enquanto os demais, que se relacionam à presença de ameaças que possam interferir

⁶ Paulo Delgado é professor, sociólogo e ex-deputado federal, foi Secretário Nacional de Relações Internacionais em 2005.

nos interesses nacionais vitais, remetem-se ao domínio da segurança nacional. Todavia, existem situações onde a segurança individual ou a comunitária, devido a existência de ameaças graves e generalizadas, põe em risco a própria segurança do Estado (BRASIL, 2015a), como a atual situação da cidade do Rio de Janeiro, que está passando por uma intervenção federal na área da segurança pública.

A PND define segurança nacional como: “condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais” (BRASIL, 2016b, p.5). Dessa forma, para proporcionar tal premissa, garantindo o progresso e o desenvolvimento do Estado, faz-se necessário entender que os objetos dessa segurança são os valores e bens do país. Como valores podem ser citados a soberania e a independência e como maior bem de um país, o seu povo (BRASIL, 2015a).

A natureza e a amplitude das ameaças determinam as ações do Estado, que é o responsável pelas maiores atribuições sobre a defesa, podendo envolver parte ou todos os campos do Poder Nacional. Conforme previsto na PND, é na expressão militar que está a ênfase do conjunto de medidas e ações que deverão ser tomadas para a defesa territorial, dos interesses nacionais e da soberania contra ameaças de qualquer tipo, definindo assim, Defesa Nacional.

Como já dito anteriormente, existe uma forte correlação entre segurança e defesa, visto que, para cada nível de segurança existe uma atitude correspondente em relação à defesa, ou seja, dependendo da ameaça, o Estado empregará determinado instrumento para manter ou restaurar a condição de segurança (BRASIL, 2015a).

De forma a representar esta interligação, pode-se observar no Quadro 1 (ANEXO B) as diferentes atividades que os instrumentos estatais de defesa têm condições de atuar.

Dessa maneira, pode-se auferir que o cerne da Defesa Nacional é a capacidade militar do Estado, tendo em vista a sua força coercitiva e seu poder dissuasório.

Porém, as discussões sobre segurança, bem como a ênfase nessa capacidade, foi mudando com o passar do tempo. Durante a Guerra Fria a agenda internacional de segurança era controlada pelas duas grandes superpotências antagonistas da época – Estados Unidos da América e a então URSS – e acabou dividindo o mundo em dois grandes blocos. Bahia (2017) afirma que apesar dos tópicos econômicos, tecnológicos, político-militares e ideológicos estarem presentes nessa agenda, foi a possibilidade de um conflito nuclear que dominou tal rivalidade. Essa preocupação acabou influenciando e aumentando as hostilidades entre os dois blocos.

Por ocasião do colapso soviético e, portanto, o fim da Guerra Fria, outras questões, como as sociais, ambientais, narcotráfico e o terrorismo, passaram a ser consideradas tão importantes como as demais nas pautas sobre segurança internacional. Não obstante o mundo hoje possuir uma única superpotência militar, cresceu nos Estados periféricos, entre os quais os da América do Sul, a apreensão de como este novo padrão de relacionamento interestatal iria influenciar as próprias agendas de segurança (BUZAN, 2008).

Na medida em que as novas ameaças, militares ou não, tornam-se mais evidentes, como os atentados terroristas – EUA (2001), Espanha (2004 e 2017), Reino Unido (2005 e 2017), França (2015/2016/2017), Bélgica (2016), Alemanha (2016), Turquia (2016)⁷ – a agenda internacional começou a ser reformulada, visto que a origem do perigo deixou de ser exclusividade de outros Estados, passando a ser originado também, por atores não-estatais (BAHIA, 2017). Essa afirmativa pode ser confirmada por Buzan (1998), que alega que alguns estudiosos começaram a entender que as causas de um conflito poderiam ter também um viés

⁷ Fonte: JORNAL DE NOTÍCIAS, 2017. Disponível em < <https://www.jn.pt/mundo/interior/cronologia-atentados-na-europa-atribuidos-aos-movimentos-islamitas-5089588.html> > Acesso em 02 maio 2018.

não-militar, vendo que a participação daqueles atores está cada vez maior, tirando em partes a centralidade dos Estados.

Assim, para uma melhor compreensão sobre essas constantes mudanças na agenda internacional, torna-se interessante compreender um pouco das relações internacionais e suas influências na sociedade mundial.

2.2 Relações Internacionais

Consoante Mingst e Arreguín-Toft (2014), o principal pano de fundo para o estudo das relações internacionais é a compreensão da História. Além de transmitir conhecimentos em detalhes sobre determinados eventos, ela permite que generalizações sejam testadas, de modo a explicar as relações entre diversos eventos. Fato semelhante é muito comum nos estudos das guerras, onde o historiador, ao descrevê-las, procura as suas causas e tende chegar a algumas explicações. A primeira abordagem desse tipo foi realizada por Tucídides (460 a.C. - 400 a.C.), em sua obra “História da Guerra do Peloponeso”⁸, onde verificou as diferenças entre as causas implícitas e imediatas das diversas batalhas que ocorreram, chegando à conclusão do porquê aquela guerra foi inevitável e os fatos marcantes do relacionamento entre os governos contendores que acabaram levando ao confronto.

Da mesma maneira, tem-se na filosofia, na sociologia e, por que não dizer, na polemologia⁹ ferramentas fundamentais para melhor compreender as RI. Os conceitos, obras e teorias de filósofos como Aristóteles (384-322 a.C.), Thomas Hobbes (1588-1679) e Immanuel Kant (1702-1804), além de pensadores mais contemporâneas como Gaston Bouthoul (1896-1980), Hans Morgenthau (1904-1980) e Julien Freund (1921-1993) contribuíram para o desenvolvimento das relações internacionais, em razão de ajudarem a

⁸ Guerra entre Atenas e Esparta (461 a. C. – 404 a. C). Primeiro conflito que foi estudado e narrado.

⁹ Estudo da guerra como fenômeno social (BOUTHOU, 1984).

entender o comportamento existente entre o cidadão e a sociedade, entre os cidadãos na sociedade e entre as sociedades. Mesmo que muitos entendimentos sejam até divergentes, suas colaborações foram fundamentais para a compreensão racional das RI (MINGST; ARREGUÍN-TOFT; 2014).

As relações internacionais passaram a ser discutidas de maneira científica a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em razão de suas repercussões terem afetado todo o globo. Foram então consideradas, segundo Dias (2010), como sendo o somatório de relacionamentos, conexões e contatos que ocorrem entre os Estados e que acabam determinando a política exterior de cada um. Mas foi após a Segunda Guerra Mundial que os estudos se intensificaram, principalmente com o surgimento das armas nucleares e a consequente possibilidade de aniquilação de toda humanidade. Entende-se, assim, que o conceito de RI foi se moldando com o tempo e hoje, apesar do Estado desempenhar um papel importante quando se trata de relações internacionais, tal definição extrapola suas fronteiras. Dessa feita, as RI estudam as interações entre os Estados, como também, o relacionamento desses com os demais integrantes do sistema internacional, como as organizações internacionais¹⁰ (OI), organizações não governamentais¹¹ (ONG) e corporações transnacionais¹², dentro de um campo multidisciplinar e com a atuação de diversas variantes, tais como as econômicas, políticas, sociais, geográficas e tecnológicas (DIAS, 2010).

Desse modo, com a finalidade de compreender como as RI atuam na sociedade internacional, bem como é impactada pelo comportamento humano, a seguir serão estudadas as suas tradições e correntes teóricas.

¹⁰ Como a Organização das Nações Unidas (ONU).

¹¹ A exemplo dos “Médicos Sem Fronteiras”.

¹² Empresas que atuam em vários países, como a Shell e a *Microsoft Corporation*.

2.2.1 Tradições Teóricas das Relações Internacionais

O estudo das relações internacionais está baseado em um referencial teórico formado por três grandes campos de análise, que vieram a influenciar as perspectivas teóricas que se seguiram sobre o assunto. A percepção desses campos tornou-se obrigatório para o entendimento dos estudos e principais debates sobre RI, principalmente os ocorridos no século passado.

As mais variadas análises dos eventos internacionais originaram diferentes formas intelectuais de compreender as RI. Segundo o professor Willians da Silva Gonçalves¹³, o pensamento teórico ocidental está fundamentado em três vertentes: o realismo, embasado nas concepções pessimistas sobre o homem de Nicolau Maquiavel (1469-1527); o revolucionismo de Immanuel Kant; e o racionalismo de Hugo Grocio (1583-1645) (BULL,2002). Essa segmentação de raciocínio sobre as relações internacionais em três correntes de pensamento é uma sistematização proposta por Martin Wight (1913-1972) (DIAS, 2010).

Para fins desta tese será considerada uma pequena variante dessa divisão, que trata do aprofundamento da ideia de Wight proposto por Hedley Bull (1932-1985), na qual a principal variação é a utilização de Hobbes ao invés de Maquiavel como pensador clássico na concepção respectiva. Isto posto, as tradições teóricas das RI a serem apreciadas são a hobbesiana, ou realista, a kantiana, ou universalista e a grociana, também conhecida como internacionalista (BULL,2002).

A tradição hobbesiana está fundada na ideia de que as relações internacionais são muito parecidas ao estado de natureza descrito em “O Leviatã” (1651), livro de Thomas Hobbes. Nessa obra, Hobbes afirma que o ser humano tem a tendência natural a entrar em desavença com o seu semelhante, visando sempre os seus interesses particulares, não

¹³ Doutor em Sociologia pela USP; Mestre em Filosofia pela PUC-RJ; Bacharel e Licenciado em História pela UFF; Chefe do Departamento de Relações Internacionais da UERJ.

importando os dos demais. Para os hobbesianos o Estado age de maneira análoga, buscando atingir seus objetivos sem qualquer impedimento moral ou legal. Isso acontece porque não há uma sociedade de Estados ou sociedade internacional e, conseqüentemente, inexistente um governo central internacional ou autoridade organizada superior, ou seja, devido a prevalência de uma anarquia internacional (DIAS, 2010).

Do ponto de vista da perspectiva hobbesiana os Estados estão em frequente situação de conflito e competição, transformando as relações internacionais em uma conjuntura de guerra de todos contra todos, onde o confronto bélico é um elemento organizador dos interesses das comunidades políticas internacionais e a paz, apenas um intervalo de tempo entre dois enfrentamentos armados (DIAS, 2010).

De acordo com Dias (2010), a segunda forma de pensamento está identificada com a obra “À Paz Perpétua” (1795), de Immanuel Kant, onde o autor vislumbra atingir uma situação de paz permanente na tentativa de suplantar a anarquia no SI. Dessa maneira, para que tal fato ocorra se faz necessário a existência de uma organização internacional que dite os imperativos morais e legais que venham a limitar, ou direcionar, as ações dos Estados. Esses imperativos acabam por dismantelar o sistema de nações e fazem eclodir uma sociedade universalista (BULL, 2002), onde o protagonista é o indivíduo e não o Estado, prevalecendo a cooperação como forma de relacionamento, pois os laços criados nas relações entre os cidadãos ultrapassam as fronteiras nacionais. O kantianismo enxerga o plano internacional como uma comunidade universal de toda a humanidade, sendo os interesses dos homens, de maneira geral, comuns. As relações internacionais devem ocorrer como se todos fossem parte de uma grande comunidade global, sendo este o seu conceito chave (DIAS, 2010).

A tradição baseada nos estudos de Hugo Grocio é considerada intermediária entre as duas anteriores. Nela os Estados são os responsáveis pela interação mundial, mas suas ações são limitadas por leis e normas de conduta, dentro de uma sociedade internacional. Para

os grocianos, o Estado não está empenhado numa constante luta de um contra o outro, em virtude de existirem regras comuns e organizações que balizam e impedem a eclosão de guerras, discordando da perspectiva hobbesiana. No entanto, contraria também a teoria kantiana ao admitir que os atores principais das RI são os Estados, ao invés dos indivíduos.

Os estudos desenvolvidos por Hugo Grocio influenciaram significativamente quer na teoria, quer na prática do Direito Internacional, como também no domínio das relações internacionais. Em seu trabalho mais conhecido *De Jure belli ac pacis*¹⁴ (1625) ele apresenta sua concepção de regulamentação legal da sociedade mundial, como também, os primeiros conceitos de guerra justa e de direito natural. Grocio explica que sendo o sistema internacional anárquico (ou seja, sem autoridade superior), cabe à sociedade dos Estados controlá-lo, por meio de leis e normas que fariam existir uma certa ordem nas relações internacionais (DIAS, 2010).

2.2.2 Correntes Teóricas das Relações Internacionais

Com o término da Primeira Guerra Mundial e as profundas mudanças ocorridas no cenário global que dela decorreram, novas concepções a respeito das RI foram surgindo com o passar do tempo e com as situações que iam acontecendo no mundo. Como já mencionado anteriormente, foi na primeira metade do século XX, que começaram a ser desenvolvidas as primeiras explicações sobre o tema em um contexto das RI como disciplina autônoma. Diversas correntes teóricas surgiram, porém, serão apresentadas as linhas gerais mais aceitas: o idealismo, realismo, o globalismo e o pluralismo.

O ambiente surgido no pós-Primeira Guerra foi fundamental para que as suposições idealistas se manifestassem e ganhassem força. O idealista acreditava no progresso, pois considerava que a natureza humana tinha a potencialidade de se atualizar

¹⁴ Das Leis de guerra e paz – tradução nossa.

gradativamente com o passar do tempo, como também, a capacidade de mudar e melhorar o meio em que vive. Para essa corrente, os indivíduos seriam conduzidos pela moralidade e pela razão e, conseqüentemente, os Estados agiriam de forma semelhante. Assim, o estado da natureza (anarquia internacional), que para o idealismo domina as RI, deveria ser superado com o estabelecimento de um contrato social entre os países, de maneira a orientar as interações entre os povos. Essa cooperação de caráter mundial se daria dentro de instituições supranacionais e fundamentada em normas internacionais, uma vez que o ordenamento político é racional e plausível na sociedade internacional. Nesse contexto foi criada a Sociedade das Nações¹⁵, em 1919. Acreditava-se que, com essa iniciativa, a segurança coletiva e a paz mundial seriam garantidas, tal qual a “paz perpétua” de Kant (ECEME, 2012?).

A instabilidade global da década de 1930, originada pela crise econômica e que teve conseqüências nas áreas políticas e ideológicas, começou a marcar a derrocada da óptica idealista, principalmente devido ao insucesso da Sociedade da Nações com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Assim surge uma nova corrente, que acabou encerrando uma visão do mundo oposta à anterior: o Realismo. Para essa perspectiva o homem é egoísta e desejoso de poder, e como os indivíduos se ordenam em Estados, estes, por sua vez, esforçam-se em atingir seus objetivos não importando os métodos utilizados para alcançá-los, tais como o uso da força e a coação (MINGST; ARREGUÍN-TOFT; 2014). Essa concepção se identifica muito com o pensamento hobbesiano.

O realismo apresenta quatro pressupostos básicos. O primeiro diz respeito ao Estado ser o principal ator no cenário mundial. Apesar da existência de atores não-estatais, como as empresas transnacionais e as organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) (e seus Conselhos e Organizações), suas influências no sistema podem

¹⁵ Precursora da ONU (O Autor).

ser consideradas secundárias (MINGST; ARREGUÍN-TOFT; 2014). Como exemplo, cita-se a atuação do Conselho de Segurança (CS)¹⁶ da ONU, que ficou praticamente paralisado durante a Guerra Fria, por causa da rivalidade ocidente-oriental e que, no período posterior continuou não funcionando perfeitamente, dependendo sempre do jogo de interesses dos seus membros (ECEME, 2012?).

O segundo aspecto diz respeito ao Estado ser um ator unitário. Embora possam existir várias formas de pensar e agir dentro de um mesmo país, após resolvidas as diferenças, a decisão tomada valerá a como a única “voz” do Estado. E essa ação de decidir, está diretamente ligada à terceira característica do realismo: o Estado é sempre um agente racional, haja vista que para se alcançar o objetivo traçado, os agentes públicos não mediriam esforços para atingi-lo, trabalhando com alternativas exequíveis e sensatas para promover o interesse nacional (ECEME, 2012?). Por fim, o tópico de maior relevância para os realistas: a segurança nacional. Essa questão deve ser vista como primordial na agenda internacional e na política exterior de qualquer Estado. É por meio do desenvolvimento econômico e pela formação de alianças com outros países, que um Estado poderá aprimorar sua segurança, por conseguinte, aumentar o seu poder¹⁷ (MINGST; ARREGUÍN-TOFT; 2014).

Existem várias releituras para o realismo, trazendo-o para os dias atuais. A de maior expressão é o Neorealismo. Essa interpretação tem como principal diferença a importância dada aos componentes do SI em relação às unidades estatais que o compõem. Para os neorealistas são as estruturas do sistema e o poder distribuído dentro dele que determinam e orientam as RI (MINGST; ARREGUÍN-TOFT; 2014).

Outra corrente que fomentou o estudo das relações mundiais foi o globalismo. Essa perspectiva, conhecida por alguns autores como radicalismo, tentou compreender o

¹⁶ O CS formado por 15 membros: cinco permanentes, que possuem o direito a veto – Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China – e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral por dois anos (ONU, 2018).

¹⁷ Esse poder está diretamente associado ao uso da força – especialmente de caráter político-militar (ECEME, 2012?).

sistema internacional a partir da análise histórica do capitalismo. Os fatores econômicos teriam criado uma espécie de hierarquia entre os Estados, fazendo surgir o chamado Terceiro Mundo na política global, devido a disparidade na divisão do poder dentro do SI (HERZ; HOFFMANN, 2004). Para os globalistas, principalmente os da linha marxista¹⁸, há estruturas organizadas que controlam e impedem que os países menos desenvolvidos cresçam e que colaboram com a grande disparidade econômica e social existente ao redor do planeta (ECEME, 2012?). Isso acarreta, dentro de um mesmo Estado, numa divisão peculiar do trabalho, que para Marx, marcaria o conflito de classes econômicas: o choque entre o empregador (classe burguesa capitalista) e os empregados. Dessa disputa, por meio de uma revolução, a vitória do proletário seria inevitável, fazendo surgir, assim, a nova ordem socialista (MINGST; ARREGUÍN-TOFT; 2014).

Finalmente, o pluralismo, que vê o Estado não como o único ator, a presença não-estatal é de vital importância no desenrolar das relações no âmbito do SI. As OI, as ONG e até mesmo os grupos terroristas, narcotraficantes internacionais e movimentos guerrilheiros, desempenham papéis importantes e têm significativa participação, influenciando medidas e decisões por todo o globo. As diversas organizações possuem as suas próprias concepções em se tratando da política externa de um Estado, e sendo este composto por indivíduos, coletividades (cada uma com seu interesse) e conjunto de normas e leis, todos acabariam competindo entre si para atingir seus objetivos. Uma característica dessa corrente de pensamento é que a agenda política mundial é bastante vasta, não só a segurança nacional é relevante, mas também, os temas sociais, econômicos, ambientais e energéticos. A política externa de um país nada mais seria do que a continuação da sua política interna, não existindo uma separação entre ambas (ECEME, 2012?)

¹⁸ Linha de pensamento baseado na obra do filósofo prussiano Karl Marx (1818-1885).

2.3 Segurança internacional

Quando Estados se agrupam ou relacionam buscando atingir propósitos comuns, obedecem a um conjunto de regras e normas, uma vez que estão conscientes que compartilham certos interesses e preceitos, eles acabam formando uma sociedade internacional ou sociedade de Estados. Nesse relacionamento, a busca em atingir um parâmetro para as atividades internacionais, de forma a alcançarem objetivos elementares de uma sociedade de estados, conduz para uma “ordem internacional” (BULL, 2002).

Dentre tais objetivos está, em primeiro lugar, a proteção e conservação do sistema internacional e da própria sociedade. Em segunda instância, vem a preservação da soberania dos Estados membros. Não se pode deixar de lado as medidas governamentais para a contenção da violência e a salvaguarda da vida social. Por fim, o objetivo da manutenção da paz, na tentativa de que a ausência de guerra seja uma circunstância habitual na relação entre os estados membros (BULL, 2002).

Nessa conjectura, um conceito que está intimamente ligado na conquista daquela ordem internacional e, conseqüentemente, dos objetivos acima descritos é o de segurança, quer do indivíduo, da sociedade, do Estado. Porém, esse entendimento tem recebido novos componentes. Com a globalização, diversos fatores começaram a ser incorporados à “segurança nacional”, sendo obrigatório o envolvimento de diversos segmentos da sociedade, não apenas da esfera militar: seja o econômico, de saúde, energético, de ciência e tecnologia, alimentar ou de recursos naturais. Quando a preocupação com tais setores ultrapassou as fronteiras físicas dos países, saindo do ambiente interno e interferindo nas relações internacionais, a concepção de segurança internacional ganhou novas características, não substituindo a segurança interior dos Estados, mas sim, somando-se a esta. O que era anteriormente apenas uma apreensão com a segurança da humanidade contra as guerras,

recebeu nova roupagem e assim, como os novos atores componentes das RI, a segurança internacional tornou-se peça fundamental na moderna arquitetura do poder (BUZAN; HANSEN, 2012).

2.4 Integração Regional

Para que se possa entender melhor o termo Integração Regional (IR), faz-se mister caracterizar os dois conceitos básicos que o compõe: integração e região. O primeiro diz respeito à união de atores, que anteriormente isolados, buscam em conjunto atingir certos objetivos. Alguns critérios são utilizados para classificar tais junções: podem ser de caráter governamental ou não; envolver órgãos municipais, estaduais ou federais; ter aspectos nacionais ou transnacionais. Já o segundo conceito, região, está diretamente ligado ao aspecto territorial, e pode ser estabelecido por parâmetros sociais, étnicos, culturais, econômicos, climáticos, políticos, dentre outros. A região pode, ou não, estar geograficamente ligada, como também, se modificar com o passar do tempo, não sendo possível, às vezes, delimitar suas fronteiras, porém ela terá sempre uma analogia territorial (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Assim sendo, pode-se definir integração regional da seguinte maneira: “ É um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional”. (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 168).

Cabe destacar que de uma IR pode surgir uma organização regional, porém isso não se torna obrigatório. Para se institucionalizar uma organização de integração regional são necessárias diversas medidas como, por exemplo, a escrituração de diplomas constituintes e estabelecimento de uma sede, as quais serão melhores descritas no capítulo três desta tese. Todavia, deve-se salientar que, apesar da presença dos mais variados atores das RI que

desempenham papéis significativos para o sucesso de uma integração regional, o processo de criação de uma organização é coordenado pelos governos nacionais dos Estados (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Ao analisar a União Europeia, Schmitter (2010), verificou que uma integração regional se inicia com uma intenção e várias expectativas, e que as consequências advindas dessa coalizão podem ser as previstas, como também, inesperadas. Concluiu, da mesma forma, que, por se tratar de algo que se desenvolve no decorrer de um longo período e que se utiliza das instituições dos Estados e interestatais, a IR é um processo, e não apenas um produto da vontade dos governantes para ser utilizada em benefício destes.

Para o autor acima referenciado, mesmo ocorrendo de forma espontânea e pacífica, uma integração regional não está livre de certos tipos de conflitos, pois suas atividades geram, como já dito anteriormente, efeitos secundários e terciários não previstos inicialmente. A convergência de interesses dita e gerencia a integração regional, e o entendimento que a aliança dos Estados não deve interferir na soberania de cada um, dá a entender que não se está em busca de uma mesma identidade para seus membros. Outro fator considerado é que uma IR ocorrerá, impreterivelmente, com o envolvimento de países de tamanhos, populações, costumes e recursos bastante diversificados. Isso gera a necessidade de se respeitar os direitos e a presença de todos os componentes de maneira igualitária, para que a união não se torne um sistema imperial.

Schmitter (2010) ainda afirma que só através da existência da democracia plena nos Estados participantes que uma integração poderá existir. Também se faz necessário, a existência de lideranças, isto é, atores que tenham capacidade e condições para tomar iniciativas e decisões, e que, da mesma maneira, estejam preparados a arcar com a maior parte dos custos delas. Em mais uma de suas considerações, constatou que, até estar perfeitamente estabelecida, a IR é dependente e não promove segurança internacional. A Europa, durante a

Guerra Fria, não se preocupava em acrescentar o quesito segurança à agenda interna dos seus países, pois o lado ocidental estava sob os cuidados da Organização do Tratado do Atlântico Norte¹⁹ (OTAN) e assim, dos EUA, e a parte oriental, sob o monitoramento do Pacto de Varsóvia²⁰, conseqüentemente, da extinta URSS.

Com a queda da barreira entre os lados antagonistas em 1991 (o colapso da URSS e, portanto, do Pacto de Varsóvia) a OTAN teve que se reestruturar. Os países europeus se viram obrigados a elaborar sua própria agenda de segurança coletiva. Isso só foi possível devido suas estruturas não militares estarem bem desenvolvidas e estabelecidas, atuando nas mais diversas áreas. Essa preocupação em segurança até poderia não requerer a criação de um pacto puramente militar (ainda que ele existisse), mas o compromisso, mesmo que informal, de não agressão como solução de disputas entre os seus membros, se fez primordial. A diplomacia e a arte de negociar devem imperar nas relações existentes dentro de uma integração regional (SCHMITTER, 2010).

Dessa forma, qualquer Estado que tenha a intensão de fazer parte de uma integração regional, deve estar ciente que é preciso se moldar a diversos fatores, respeitar os interesses de todos, fazer adaptações e concessões em variadas áreas (política, econômica, sociais), e até certo ponto de abrir mão de parte de sua soberania, uma vez que terá que adaptar suas leis às das entidades intergovernamentais, restringindo o seu próprio poder de autogovernar.

¹⁹ OTAN - Aliança militar surgida em 4 de abril de 1949, era formada pelas principais potências ocidentais e capitalistas da época (O Autor).

²⁰ Foi uma aliança militar entre os países socialistas do Leste Europeu, liderados pela URSS. Assinado em 14 de maio de 1955 na capital da Polônia, Varsóvia. Veio para se contrapor à OTAN (O Autor).

3 A AMÉRICA DO SUL

A América do Sul consiste na subdivisão meridional do continente americano, possuindo uma extensão territorial de 17,8 milhões de quilômetros quadrados (Km²), o que representa 12% da superfície terrestre. É banhada a leste pelo oceano Atlântico, a oeste pelo Pacífico e ao norte pelo Mar do Caribe. Sua população, que é de aproximadamente 420 milhões de habitantes, é bastante miscigenada, em virtude do processo de colonização e da forte imigração ocorrida nos séculos XIX e XX. Embora existam distintas heranças étnicas, os principais elementos são constituídos pelos indígenas, os descendentes dos espanhóis, dos portugueses e dos negros africanos. A maior característica populacional do subcontinente é a união de etnias, tais como os mamelucos (miscigenação de brancos com indígenas) e os mulatos (descendentes de negros com brancos). O espanhol é a língua oficial de nove dos doze países do subcontinente. No Brasil, o português é o idioma oficial; na Guiana, o inglês; no Suriname, o holandês; e na Guiana Francesa, o francês. Além disso, existem inúmeras línguas e dialetos indígenas (KREIBOHM *et al*, 2008)²¹.

3.1 Cenário Histórico

Com a expansão marítima vivida por portugueses e espanhóis, em especial no final do século XV e início do seguinte, esses países ibéricos entraram numa disputa pelas fronteiras ultramarinas, principalmente após a expedição de Colombo, que estava a serviço de Castela, aportar em terras até então desconhecidas, o Novo Mundo – a América – em 1492. Dessa feita, os soberanos dos países envolvidos assinaram, em junho de 1494, o Tratado de Tordesilhas. Este tomou por base o meridiano que passava a 370 léguas a oeste das ilhas de

²¹ Extrato da apresentação realizada pelo General Sérgio Westphalen Etchegoyen, quando comandante da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, na Universidade Internacional da Flórida (Miami/EUA), em 04 de abril de 2008; com a atualização relativa ao número de habitantes.

Cabo Verde e ficou estabelecido que os espanhóis teriam a posse das terras a oeste dessa linha, cabendo aos portugueses as áreas a leste (FIG 2 – ANEXO A) (KOSHIBA; PEREIRA, 2003).

Pode-se dizer que a AS foi colonizada, quase que exclusivamente, por portugueses e espanhóis. A organização política, administrativa e territorial da América espanhola deu-se com a divisão de suas terras em vice-reinos e capitanias-gerais (FIG 3 – ANEXO A). Foram eles: vice-reinos do Rio da Prata, da Nova Granada, do Peru; e as capitanias do Chile e da Venezuela. As primeiras tentativas de exploração foram por meio de escambo com os habitantes locais. Num segundo momento, a escravidão chegou a ser praticada, porém não teve boa aceitação por parte dos espanhóis.

Já a colonização portuguesa, iniciou-se efetivamente a partir de 1530 com a ocupação da colônia por meio da implantação do sistema de capitanias hereditárias (FIG 4 – ANEXO A), já utilizado pelos lusitanos com êxito nas ilhas da Madeira e dos Açores. Porém esse regime não obteve o sucesso esperado, então a Coroa portuguesa resolveu criar, em 1548, o governo-geral na tentativa de centralizar a administração. Um fato marcante foi a crescente hostilidade entre os indígenas e os portugueses, o que dificultava a convivência e foi fator marcante no fracasso do primeiro sistema de colonização brasileira. A escravidão do nativo foi sendo substituída, paulatinamente, pela a do povo africano, ganhando impulso a partir de 1570 (KOSHIBA; PEREIRA, 2003).

Em toda a América colonial, o trabalho compulsório foi utilizado em larga escala. No entanto, enquanto na espanhola diferentes formas foram utilizadas, na portuguesa predominou a mão-de-obra escrava. Os portugueses, inicialmente limitados pelo Tratado de Tordesilhas, foram aos poucos ultrapassando este limite na busca por mais recursos (humanos, minerais e territoriais), e no período em que portugueses e espanhóis ficaram sob

um mesmo reinado, chamado de União Ibérica²² (1580-1640), esta procura intensificou-se, aumentando as celeumas entre os espanhóis e os portugueses, principalmente no tocante a fronteiras. Porém, a questão territorial, no que diz respeito basicamente ao Brasil, não era exclusiva desses dois países. Houve muitas outras disputas, com holandeses, franceses e ingleses que só foram solucionadas no século XVIII e início do seguinte, conforme pode ser verificado na FIG. 5 (ANEXO A), ficando a área do Brasil bem maior que a delimitada pelo Tratado de Tordesilhas (ARRUDA; PILLETI, 2007).

Todavia, a formação dos Estados sul-americanos teve seu início a partir do século XIX, com a independência das colônias americanas (1776). Alguns acontecimentos mundiais foram de grande importância para tal empreendimento: a difusão do ideário iluminista, que defendia a liberdade dos povos e a queda dos regimes políticos que promovessem o privilégio de determinadas classes sociais; a Revolução Industrial inglesa, que impunha a busca por mercado consumidores e acabava com o monopólio do sistema colonial; a Independência dos EUA, em 1776, primeira colônia americana a se libertar dos desmandos europeus; a Revolução Francesa (1789), que marcou a transição do capitalismo comercial para o industrial; e, finalizando, a interrupção do equilíbrio político europeu, advindas das guerras napoleônicas (1803-1815), em especial a invasão francesa à península Ibérica (1808), onde a Inglaterra obrigou-se a apoiar os movimentos de independência como forma de enfraquecer os franceses (ARRUDA; PILLETI, 2007).

Os processos de independência, entretanto, ocorreram de forma bastante distinta, sendo no Brasil drasticamente diverso em relação aos seus vizinhos hispano-americanos (BAHIA, 2017). A elite letrada da América espanhola, onde a grande maioria dos intelectuais era de origem *criolla*, ou seja, filhos de espanhóis nascidos na América e desprovidos de

²² Período no qual as coroas portuguesa e espanhola ficaram sob o mesmo domínio, após a morte do último rei da Dinastia de Avis (Portugal). O rei da Espanha, Filipe II (1556-1598), que descendia de D. Manuel, rei português dos tempos de Cabral, reivindicou o trono lusitano e o conquistou militarmente (KOSHIBA; PEREIRA, 2003).

direitos políticos, e por isso se sentia excluída, enxergava nos acontecimentos anteriormente citados, em particular no Iluminismo, a resposta aos entraves legitimados pelo domínio espanhol. A pesada rotina de serviços impostas aos índios, escravos e mestiços também contribuiu para o processo de independência. As péssimas condições de trabalho e a situação de miséria já havia mobilizado as classes populares das colônias espanholas. Como exemplo dessa insatisfação tem-se a Rebelião Tupac Amaru²³, ocorrida em 1780, no Peru.

Mas é por ocasião da invasão francesa à Espanha, que a mobilização começa a ganhar seus contornos iniciais. A restauração da autoridade colonial espanhola seria o estopim do levante capitaneado pelos *criollos*. Estes contando com o apoio financeiro anglo-americano, convocaram as populações coloniais a se rebelarem contra a metrópole. Os “Libertadores da América”, Simón Bolívar (1783-1830), José de San Martín (1778-1850), Bernardo O’Higgins (1778-1842) e José Sucre (1795-1830), líderes regionais que coordenaram os movimentos de libertação, organizaram e conduziram, por toda América hispânica, exércitos com os quais proclamaram a independência de vários países latino-americanos (BAHIA, 2017), transformando os três vice-reinados e as duas capitanias gerais em oito países, que escolheram como forma de governo a republicana.

Por outro lado, a independência do Brasil se deu, primordialmente, em razão da insatisfação da aristocracia rural brasileira, que perdia gradativamente seus privilégios, tais como o latifúndio e o escravismo e, sobretudo, por ocasião do retorno de dom João VI para Portugal. Movimentos populares também ocorreram, porém, foi quando a Maçonaria e a imprensa uniram seus esforços à elite rural e lutaram contra a tentativa de recolonização que o movimento emancipacionista ganhou força. Estes convenceram o príncipe regente dom Pedro a ficar na colônia e mais tarde romper, politicamente, com Portugal. A independência não marcou nenhuma ruptura com o processo da história colonial. As bases socioeconômicas

²³ Insurreição chefiada por um líder indígena chamado José Gabriel Condorcanqui, que se dispôs com os interesses das elites metropolitanas. Condorcanqui dizia ser descendente do lendário líder inca Túpac Amaru, que ficara conhecido por resistir ao início da dominação espanhola na América (SOUZA, 2018).

(trabalho escravo, monocultura e latifúndio) que representavam a manutenção dos privilégios aristocráticos, permaneceram inalteradas. O Brasil foi o único Estado sul-americano a permanecer como monarquia (KOSHIBA; PEREIRA, 2003).

Essa rápida análise sobre a colonização e processo emancipatório dos países sul-americanos teve por finalidade verificar que desde o princípio, os interesses de Portugal se sobressaíram aos de sua colônia, e esta demorou para se libertar, e quando o fez, permaneceu como monarquia. Entretanto, soube expandir e manter suas conquistas territoriais, bem como conservou a união e a integridade interna do Brasil. Por outro lado, na América espanhola, onde acabou prevalecendo a vontade das elites locais, foi esfacelada em diversos países e todos tornaram-se repúblicas. Essas diferenças acabaram criando certa desconfiança por parte das antigas colônias da Espanha, quer entre elas próprias, quer em relação ao Império Brasileiro, trazendo à tona uma possível continuação de uma mentalidade expansionista.

3.2 Cenário Regional

A América do Sul é uma área do planeta com elevada disponibilidade de riquezas naturais. Florestas, áreas favoráveis para a agricultura, bacias petrolíferas, territórios com vasta biodiversidade, jazidas minerais, recursos hídricos dispostos em bacias hidrográficas e aquíferos que estão entre os maiores do mundo, além dos oceanos Pacífico e Atlântico, tudo, ainda, com enorme potencial de exploração (BRASIL, 2017a).

Esta situação se apresenta de forma muito favorável, trazendo oportunidades de comércio que possibilitam a transformação da região em grande fornecedora mundial de alimentos e matérias primas. Porém, o desenvolvimento dos países e o constante crescimento populacional podem fazer surgir, ainda que com pouca probabilidade, um interesse demasiado de potências extra regionais, extrapolando as relações políticas e comerciais, tentando impor suas vontades sobre às dos países sul-americanos (BRASIL, 2014?).

A maior floresta tropical do planeta, que está presente em oito Estados e na Guiana Francesa, favorece, por outro lado, o desenvolvimento de uma grave questão que afeta toda a região, o narcotráfico. Este é a força motriz de um dos maiores problemas mundiais na atualidade, o crime organizado, que também atua no tráfico de armas, de pessoas, de recursos naturais e no descaminho. Movimenta quantias exorbitantes de dinheiro, semeando a corrupção em diversos setores da sociedade, financiando grupos terroristas e insurgentes. Tudo isso agrava, ainda mais, os problemas existentes, uma vez que dissemina a violência e tem impacto direto na economia, política e sociedade (BRASIL, 2014?).

Na AS, isso é uma realidade. Como exemplo, pode-se citar que Colômbia, Peru e Bolívia estão entre os maiores produtores de cocaína do mundo, e o Brasil é considerado o 2º maior consumidor desse entorpecente. A atuação de células guerrilheiras como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército Nacional de Libertação (Colômbia), Sendero Luminoso e Movimento Revolucionário Túpac Amaru (Peru), além de organizações criminosas como Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), dentre outras, foi marcada por ser o narcotráfico sua principal fonte de recursos. Isso causa severos óbices de ordem social, intervindo na segurança interna e externa dos países.

Dessa forma, é fundamental que o entorno estratégico²⁴ brasileiro esteja sendo acompanhado de perto em todos os aspectos do Poder Nacional, para não atrapalhar e comprometer o crescimento do país. Mecanismos, como a UNASUL, têm o poder de facilitar a fiscalização e a tomada de medidas para que esses problemas possam, pelo menos, ficar sob controle.

Diante do exposto, levanta-se o questionamento sobre a realidade dessa integração, a fim de explorar o papel da expressão militar do referido Poder no fortalecimento

²⁴ Será melhor explorado no Capítulo 4 (Item 4.7.1 Política Nacional de Defesa).

dessa união, com foco na defesa e na segurança, de maneira a apurar se as políticas de defesa brasileiras estão alinhadas e quais as perspectivas para as mesmas.

3.3 Ressentimentos Históricos

A América do Sul foi sempre considerada uma área quase totalmente livre de guerras e conflitos. Os únicos inconvenientes do subcontinente seriam os problemas socioeconômicos, pois ele abriga povos pacíficos e países que não estariam dispostos a entrarem em conflitos armados. Os principais embates locais aconteceram entre o século XIX e o início do século XX, todos por questões territoriais e econômicas. Os mais famosos foram a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), no qual participaram quatro países da região²⁵, a Guerra do Pacífico (1879-1884), que opôs Chile contra Peru e Bolívia, e a Guerra do Chaco (1932-1935) entre o Paraguai e a Bolívia. Destes, apenas a segunda ainda gera desavenças não definidas e ressentimentos que se mantêm em letargia.

Apesar de uma suposta ordem de fronteiras e de aparente situação de paz, pode-se dizer que ainda existem divergências na AS que estão adormecidas, mas podem ser despertadas a qualquer momento por diversos fatores. Esses conflitos envolvem desde controvérsias fronteiriças (quase sempre com um fundo econômico), como também perdas de territórios ainda não assimiladas por completo.

Dessa maneira serão analisados alguns dos principais desentendimentos até agora pendentes envolvendo países sul-americanos, de forma a verificar se estes podem interferir na consolidação da integração regional. Cabe ressaltar que o Brasil não possui problemas limítrofes com seus vizinhos, devido, principalmente, ao trabalho de sua diplomacia e, em especial, a atuação de José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), o Barão do Rio

²⁵ Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.

Branco, que obteve o reconhecimento internacional do direito do Brasil sobre cerca de 900 mil Km² de território que eram objetos de litígio (FRANCO, 1998).

3.3.1 Colômbia X Venezuela

Esta disputa advém da época da independência dos países. Do Vice-Reino de Nova Granada surgiram, em 1817 a Venezuela, dois anos depois a Colômbia e, em 1822, o Equador, que viriam a formar a Grã-Colômbia, um Estado único, criação de Simon Bolívar. Porém, muitos antagonismos e conflitos internos acabaram levando à dissolução do mesmo, sendo que a primeira a se separar foi a Venezuela, em 1829.

As disputas continuaram, inclusive as lindeiras, sendo que em 1941, com o Tratado de López de Mesa - Gil Borges²⁶, os problemas terrestres foram resolvidos. Todavia, este acordo não contemplou a parte marítima, rica em petróleo, que tratava sobre direitos soberanos de ilhas localizadas no Golfo da Venezuela, ou de Maracaibo, como o denominam os colombianos (FIG 6 – ANEXO A). Em 1975 os países partiram para uma tentativa de utilização em conjunto das reservas, mas logo foi rejeitada pela Venezuela, que entendia que a Colômbia teria direito apenas ao território, sem acesso à parte marítima (ZERBATO, 2015). Esse fato quase gerou um conflito bélico 12 anos depois, quando ambos os países prepararam e posicionaram suas tropas, contudo a situação foi contornada diplomaticamente. Em 1990 assinaram o tratado de não agressão e de negociação para finalizar as discussões. Porém o diálogo não evoluiu (ECEME, 1998).

A tensão aumentou quando os dois países quase entraram em guerra em março de 2008, depois de uma incursão colombiana em um acampamento das FARC no Equador, que

²⁶ O Tratado leva o nome dos chanceleres colombiano e venezuelano que o assinaram (O Autor).

desencadeou movimentos das tropas de Quito e Caracas. Hugo Chávez (1954-2013), então presidente da Venezuela, cortou os laços diplomáticos com Bogotá²⁷.

A disputa ganhou novo capítulo em 2015, após o presidente venezuelano assinar um decreto, de forma unilateral, e estabelecer a delimitação marítima de uma área em disputa entre os dois países. A decisão criou um mal-estar no governo colombiano que protestou, pedindo a Caracas para voltar atrás em sua iniciativa (LOBO-GUERRERO; LAFUENTE, 2015). O assunto não está finalizado e as tratativas diplomáticas continuam.

3.3.2 Venezuela X Guiana

O norte da América do Sul foi descoberto pelos espanhóis e ocupada pelos holandeses, que a partir de 1663 se fixaram ao longo da costa do atual Suriname. Em 1803, os ingleses se apoderam da região de Essequibo, Demerara e Berbice, área que hoje é o território da atual Guiana. Onze anos mais tarde, por tratado, esta faixa de terra foi cedida definitivamente aos ingleses, ficando a Holanda com o Suriname (ECEME, 1998).

A Venezuela alegando que parte da área tomada pelos ingleses era pertencente ao seu território na época da colonização espanhola, passou a reivindicar as terras situadas entre a sua fronteira leste e o Rio Essequibo (FIG 7– ANEXO A), perfazendo um total de 159.000 km², o que equivale a 2/3 da superfície da então Guiana Inglesa.

Os litígios assim começaram. As tratativas diplomáticas se estenderam por todo século XIX, e os ânimos se acirram em 1886, com a descoberta de ouro na região. Dessa feita, foi solicitado, em 1899, um arbitramento externo, onde os EUA decidiram a questão dando o território para a Grã-Bretanha, o que não agradou a Venezuela (ECEME, 1998).

²⁷ REUTERS. **Saiba o histórico de tensões entre Colômbia e Venezuela**. 2010. Disponível em < <http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,saiba-o-historico-de-tensoes-entre-colombia-e-venezuela,582243> > Acesso em 23 abr. 2018.

Em 1962 o governo venezuelano declarou o acordo de 1899 nulo e retornou a reivindicar a área em questão, incorporando ao seu mar territorial, quatro anos mais tarde, a zona marítima contígua ao território contestado, pois o Congresso desse país considerou a área uma *Zona de Reclamación*, sendo que o novo mapa político, aprovado em 1965, abarcava oficialmente a região (CASTRO, 2012).

Apesar das relações entre os dois países terem começado a melhorar com a chegada ao poder de Hugo Chaves na Venezuela, uma medida tomada pelo governo de Caracas em 2006 reacendeu a peleja. Chaves determinou a colocação de mais uma estrela na bandeira nacional, com o argumento de ser uma homenagem a Simón Bolívar (1783-1839), por sua luta no processo de independência do país. Porém, para os guianenses foi uma afronta, haja vista as demais estrelas representarem as sete províncias venezuelanas por ocasião de sua independência (1811), esta última representaria uma possível futura anexação do território de Essequibo (CASTRO, 2012).

Outro fator se somou à disputa em 2015, por ocasião da descoberta de grandes jazidas petrolíferas na plataforma marítima da Guiana Essequiba, e novamente Caracas ressuscitou a questão junto à ONU (PALACIOS, 2018). A questão ainda está em aberto.

3.3.3 Chile X Bolívia

A maior polêmica entre estes dois países advém da Guerra do Pacífico²⁸, quando a Bolívia perdeu para o Chile a região da cidade portuária de Antofogasta, ficando sem sua saída para o Oceano Pacífico (FIG 8– ANEXO A). O acordo final foi assinado em 1884 e ratificado em 1904, confirmando a posse do território para o Chile (ECEME, 1998).

²⁸ Conflito entre o Chile e às forças conjuntas da Bolívia e do Peru, motivado por interesses econômicos – região rica em cobre e salitre (O Autor).

Entretanto, a Bolívia nunca aceitou o tratado de ratificação, acusando o seu adversário de pressionar a assinatura com ameaças de retorno à guerra. Em 1975, o Chile propôs à Bolívia entregar uma faixa territorial localizada ao norte do rio Lauca, que se estenderia até a linha divisória com o Peru, permitindo que a Bolívia deixasse de ser um país mediterrâneo. Em troca, a Bolívia cederia ao Chile uma área compensatória, próxima à Lagoa Colorada, o que proporcionaria água em abundância para a indústria de cobre chilena. A proposta foi bem aceita pela Bolívia, mas emendada pelo Peru, pois a área oferecida pertencera originalmente aos peruanos, que também foi tomada pelos chilenos na Guerra do Pacífico (ECEME,1998).

O governo de La Paz, em 1978, rompeu os laços diplomáticos com o Chile, e continua reivindicando junto aos organismos internacionais o seu pleito de recuperar o seu acesso soberano ao mar, fato este que consta como objetivo nacional previsto em sua constituição (CASTRO, 2012). Mais um capítulo dessa história deu-se em 2013, quando o presidente boliviano levou o caso à Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia.

Outra questão pendente diz respeito a natureza e utilização das águas do Rio Silala (que nasce na Bolívia e cruza a fronteira para o Chile). Para o país andino, trata-se de um curso d'água internacional, dessa feita, tem o direito de fazer ao uso equânime e razoável de suas águas. Pelo lado boliviano, o seu vizinho está fazendo uso ilegal e abusivo das mesmas, sem pagar por isso. No mês de junho de 2016, o Chile apresentou na CIJ uma demanda contra a Bolívia, para que o Silala seja reconhecido um rio internacional (CHILE, 2017).

3.3.4 Chile X Peru

Como explicitado na subseção anterior, o Peru também teve perda territorial para o Chile durante a Guerra do Pacífico. Trata-se da parte setentrional do Chile, onde estão importantes cidades portuárias de Arica e Iquique (FIG 8 – ANEXO A). Levando em conta

que o Peru ainda reclama esta perda, e que a possibilidade de conflito nunca foi esquecida, a fronteira entre esses dois países está repleta de minas explosivas do lado chileno (PALÁCIOS, 2018).

Porém, a disputa mais recente entre esses contendores foi causada por uma divergência sobre limites marítimos (FIG 9 – ANEXO A). No ano de 2008 o governo peruano acionou a CIJ, referente ao dissenso que existia sobre a linha imaginária no mar que delimitava os referidos países (CASTRO, 2012). Seis anos depois, a corte de Haia definiu tais limites sem, contudo, determinar as coordenadas precisas (FIG 10 – ANEXO A) (CONSULTOR JURÍDICO, 2014). O tema não está totalmente finalizado.

3.3.5 Equador X Peru

Herdeiros das imprecisões dos limites territoriais e das disputas políticas regionais, Peru e Equador confrontam-se em relação aos seus limites terrestres, desde os primeiros momentos após a conquista da independência. A fronteira estaria determinada pelo traçado existente no século XVIII entre o Vice-Reinado da Nova Granada, do qual fazia parte o Equador, e o Vice-Reinado do Peru. Com a dissolução da Grã-Colômbia, o Equador, em 1830, proclamou-se com o direito ao legado das resoluções estabelecidas anteriormente (ECEME, 1998).

Para amortizar dívidas junto a credores britânicos, em 1854, o governo equatoriano negociou com os ingleses parte do seu território amazônico. Essa medida desagradou os mandatários peruanos e cinco anos depois, realizaram um bloqueio marítimo ao porto de Guayaquil, exigindo que tais acordos fossem cancelados, bem como o reconhecimento da soberania peruana sobre a área em questão. Foi então que os conflitos começaram (CASTRO, 2012). Pelos acordos de 1890, foi estabelecido que as regiões de Jaén,

Tumbes, Iquitos e trechos na parte oriental faziam parte do território equatoriano (FIG 11 – ANEXO A).

No início do século XX as disputas reiniciaram. Várias tentativas para solucionar a questão, inclusive com a arbitragem dos EUA em 1936, fracassaram. Por não terem chegado a solução diplomática, o Peru invadiu o Equador em 1941, ocupando extensas áreas equatorianas. Esse embate perdurou, aproximadamente, por seis meses e foi finalizado com o Protocolo do Rio de Janeiro (1942) e significaram para o Equador a perda de 13.000 km². Graças ao mapa que serviu de base para o referido acordo conter imprecisões, em 1960 o governo equatoriano considerou nulas as resoluções então vigentes (ECEME, 1998).

Os dois países entraram em um breve confronto militar em 1981, mas foi no início de 1995 que ocorreu o último embate bélico a respeito da demarcação de fronteira, na área da Cordilheira do Condor e vale do Rio Cenepa. (FIG – 12 ANEXO A). No dia, 17 de fevereiro daquele ano foi assinada em Brasília a “Declaração de Paz do Itamaraty”, pondo um término na Guerra do Cenepa. Entretanto, a solução a que se chegou não agradou aos equatorianos. Três anos mais tarde, no mês de outubro, Peru e Equador assinaram um acordo de paz abrangente, onde foram criadas condições para acabar com as intrigas e diferenças, e tempos depois, os Parlamentos dos dois países ratificaram o acordo, colocando um ponto final no litígio (CASTRO, 2012)

3.3.6 Argentina X Reino Unido

Apesar de se tratar de um conflito entre um país sul-americano e outro europeu, torna-se mister analisá-lo de forma sucinta, visto que tanto suas causas, como suas consequências, trouxeram importantes elementos influenciadores para a integração regional.

Situado a 250 milhas ao leste do litoral sul argentino, o arquipélago das Malvinas (FIG 13 – ANEXO A) não tem seu descobrimento totalmente definido, existindo muita

controvérsia sobre o assunto. Uma das teses defendidas é que foi o holandês Sebald de Weert, (1567-1603), em 1600, o seu primeiro desbravador, batizando-as com o seu nome: ilhas Sabaldinas. Devido ao interesse das grandes potências navegadoras da época em controlar os mares austrais e as novas rotas para o Pacífico, a região começa a despertar a atenção de britânicos, holandeses e franceses. John Strong, corsário inglês, desembarca nas ilhas em 1690 e as batiza como Falkland, porém sem efetiva ocupação. No ano de 1764, a França estabelece uma colônia na Falkland do oeste, denominando-a de “Les Malouines”, dando origem ao nome Malvinas. No ano seguinte o Reino Unido ocupa a ilha oriental (DUARTE, 1986). Porém a Espanha, baseada nos Tratados de Tordesilhas e de Utrecht²⁹ (1713) requisitou, a posse das ilhas, o que foi reconhecido pela França e que, mediante uma indenização, devolveu a sua parte do arquipélago ao Reino espanhol em 1767. Três anos mais tarde, a Espanha expulsa os ingleses da ilha e estes reconhecem a soberania espanhola sobre as mesmas.

Com a independência das Províncias Unidas do Prata, precursora da Argentina, do reinado espanhol em 1816, cessa o controle da Espanha sobre as ilhas, ficando com tais Províncias a posse das Malvinas. Em 1823, com a emancipação da Argentina, esta toma posse das ilhas, por se considerar herdeira das terras que, outrora, pertenceram à Espanha. Os ingleses ocupam e expulsam os argentinos das ilhas em 1833, pois as julgavam suas por terem sido, segundo eles mesmos, os primeiros a efetivamente ocuparem a área. Esse foi o princípio da crise entre os dois países (ECEME, 1998).

As disputas políticas se arrastaram até 1969, quando a ONU determinou que os dois contendores encontrassem uma solução pacífica para o caso. Com a assunção de uma junta militar ao poder na Argentina em 1976, o país cortou relações com o Reino Unido,

²⁹ O Tratado de Utrecht reconheceu a soberania espanhola, dentre outros territórios, sobre as ilhas em questão, o que foi reiterado em 1823 por Buenos Aires, após sua independência da Espanha (O Autor).

umentando ainda mais o nível da instabilidade diplomática, o que acabou levando à guerra em abril de 1982, com o país platino invadindo às ilhas.

O embate foi vencido pelo país europeu, que contou com o apoio explícito dos EUA e, de forma mais reservada, do Chile, que à época possuía uma divergência pela divisa austral, na região do Canal de Beagle, na Terra do Fogo³⁰. Por outro lado, a Argentina teve o apoio peruano e contou com a fibra e garra de seus combatentes, que enfrentaram um inimigo superior econômica e tecnologicamente.

Um fato interessante no que se refere às relações internacionais durante o combate, foi a Argentina ter acionado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca³¹ (TIAR) e os EUA não o acataram, visto considerarem os argentinos como causadores da guerra com o ataque ao arquipélago. Tal fato gerou um desconforto, que foi amplificado com o apoio ostensivo estadunidense aos ingleses, deixando claro o desprezo da superpotência do norte pelos interesses oriundos da parte sul do continente.

Nesse conflito, o Brasil adotou uma posição de neutralidade mais favorável ao seu vizinho, o qual, até então, era visto como o país fronteiro com mais potencial para se entrar em combate. A partir desse momento passou a ser tratado de forma diferente e as aproximações em diversos campos começaram a ser incrementadas com o passar dos anos (CERVO; BUENO, 2002). Ensinamentos doutrinários militares foram absorvidos pelas FA brasileiras e a aproximação entre os dois países se intensificou.

Independentemente da derrota, os argentinos consideram as Malvinas e cercanias parte de seu território nacional, e as disputas diplomáticas ainda continuam nos foros

³⁰ Crise que quase levou os países à guerra, porém solucionada no final de 1978 com a mediação do Papa João Paulo II (1920-2005), ratificada em 1984 (ECEME, 1998).

³¹ Tratado assinado na cidade do Rio de Janeiro em 1947, durante a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, que tratava da defesa mútua entre quase todos os países das Américas, cujo princípio central era que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos, com base na chamada "doutrina da defesa hemisférica" (OEA, 2018b).

internacionais. Conforme o previsto no *Libro Blanco de la Defensa 2015* do Ministério da Defesa da Argentina:

A política de Defesa nacional relacionada com a questão Malvinas responde às diretrizes da política de Estado sobre a matéria. A Constituição Nacional, em sua Cláusula Transitória Primeira, ratifica a legítima e imprescindível soberania da República Argentina sobre as ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos e insulares correspondentes, por serem parte integrante do território nacional (ARGENTINA, 2015, p. 40 – tradução nossa³²).

3.4 Organizações Intergovernamentais na América do Sul

Para Herz e Hoffmann (2004) as Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIG), compostas por Estados, e as Organizações Não Governamentais Internacionais são a maneira mais institucionalizada para se realizar a cooperação internacional. Tais organizações internacionais têm buscado garantir, através de normas, métodos, regras e/ou leis, medidas que possibilitem, de certa maneira, uma governança comum. Esses procedimentos servem para atuar nas mais diversas situações, como por exemplo: na resolução de disputas; nas demandas humanitárias e ambientais; e no emprego, ou não, de forças militares.

Características comuns podem ser encontradas nas OI. Elas possuem tratados ou atos constitutivos/fundacionais assinados voluntariamente por seus membros; são dotadas de uma personalidade jurídica própria e aparatos burocráticos que regulam seu funcionamento; estão alojadas em sedes fixas, podendo ter escritórios espalhados pelos países membros; bem como, precisam de um orçamento que financie suas atividades, o qual deve ser custeado pelos Estados componentes (EDITORIAL CONCEITOS, 2018). Além disso, nos dias de hoje, existe uma tendência compreendendo o binômio segurança/desenvolvimento que é compartilhada pela maior parte das OIG. Estas organizações atuam nas mais diversificadas áreas – política, econômica, saúde, comercial, social, militar, dentre outras matérias. Elas

³² O idioma do documento original é o espanhol.

podem ter um caráter mais global, como a ONU e a Organização Mundial do Comércio (OMC), como também, um traço regional, ou seja, baseado em critérios geográficos, a exemplo da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a UNASUL (HERZ; HOFFMANN, 2004).

As organizações intergovernamentais regionais são antigas, porém tiveram uma expansão a nível global a partir de meados do século XX. A compreensão de que uma identidade regional pode contribuir com o desenvolvimento econômico de seus membros e, conseqüentemente, os colocar em condições mais favoráveis nas negociações internacionais, somadas as características geoestratégicas são aspectos que aceleraram muito esses movimentos. Tal circunstância pode ser observada com o surgimento de organizações regionais de variadas especialidades (HERZ; HOFFMANN, 2004).

No tocante às Américas, a busca pela integração começou a aparecer como uma forma de solidariedade continental, desenvolvidas por dois modelos distintos: o Bolívarismo e o Monroísmo (AQUINO; JESUS; FONTES, 2000).

A primeira modalidade projeta a visão do pan-americanismo concebida por Simon Bolívar. Este venezuelano teve destacada participação nas independências de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Desde os idos de 1810, Bolívar expressou a ideia de união dos povos americanos, formando uma confederação, em diversos textos e documentos, principalmente naqueles sobre uma possível guerra frente à Espanha, que à época, era apoiada pela Santa Aliança³³. Isso pode ser comprovado com o artigo enviado, em setembro de 1810, ao jornal *Morning Chronicle* de Londres, sobre a insatisfação local com os desmandos espanhóis, assim como, em 1814, quando remeteu um comunicado que incitava a libertação dos novos Estados e que, também, incentivava a união dos países da antiga América espanhola sob uma única estrutura política. (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

³³ Organização criada em 1815, proposta pelo czar Alexandre I (1777-1825) – imperador russo – para impedir a difusão da revolução liberal tanto na Europa, como na América, e também intervir em proveito das monarquias legítimas desses continentes (ARRUDA; PILLETI, 2007).

Em meados de 1826 reuniu-se o Congresso do Panamá, considerado por muitos estudiosos a primeira manifestação concreta de cooperação continental. Nessa oportunidade foram aprovadas importantes medidas, dentre elas: o reconhecimento do arbitramento para resolver as disputas interamericanas; a abolição da escravidão; e a busca constante na preservação da paz na região. Contudo, esse ideário não prosperou e acabou sendo relegado (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

Não obstante, as convicções do pan-americanismo bolivarista permaneceram. Novas conferências e congressos foram realizados para discutir o tema, como as de Lima (1847, 1864, 1874), de Santiago (1856), Caracas (1883) e Montevideu (1888). Brasil e EUA ficaram de fora dessas reuniões, em virtude das atitudes intervencionistas e tentativas de expansionismo. Dessa forma, as bases de uma comunidade continental foram sendo consolidadas e os fundamentos para uma interação regionalizada começavam a se apresentar em toda América (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

O outro modelo de solidariedade hemisférica é o Monroísmo, conforme demonstra Aquino (2000). Enquanto o tipo anterior apresentava uma visão latina do pan-americanismo, este tem um teor norte-americano, fundamentado na prevalência dos EUA sobre os demais Estados americanos. O conceito surgiu em 1823, quando o presidente estadunidense James Monroe (1758-1831) enviou ao congresso uma mensagem dizendo não admitir que os países europeus, bem como a Santa Aliança, intervissem nas Américas tentando criar zonas de colonização, ou suprimir as recentes liberdades conquistadas pelas novas nações americanas. Esses princípios ficaram conhecidos como “Doutrina Monroe”, que habitualmente é resumida na expressão “A América para os americanos” (ECEME, 1997).

Com o crescimento do poderio econômico dos EUA, a doutrina foi sendo colocada em prática, porém, conforme mais avançava, seu conteúdo ia se modificando. Ficou claro que, com o passar dos anos, devido às ações imperialistas do “grande irmão do norte”, a

esperada cooperação continental não aconteceu e a frase poderia perfeitamente ser adaptada para “A América para os norte-americanos” (ECEME, 1997). Os EUA se opuseram ao Congresso do Panamá, expandiram seu território em direção ao Pacífico, apossando-se de terras do México após conquistas militares, e aumentaram sua presença comercial na América Central (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

No entanto, as tratativas para concretizar uma união dos países americanos continuaram. Ao final do século XIX, realizou-se em Washington, a Primeira Conferência Internacional Americana³⁴, com a participação de 18 países do continente, onde foram tomadas importantes decisões políticas, econômicas e comerciais. Porém as iniciativas firmadas, como por exemplo, de condenar a guerra expansionista, recorrer ao arbitramento para solucionar possíveis desentendimentos interamericanos e verificar a possibilidade de se construir uma ferrovia intercontinental, também viriam a se tornar infrutíferas, posto que alguns países não acreditavam que os EUA iriam acatar todos os acordos firmados (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000) e por isso não se efetivaram.

A Doutrina Monroe foi complementada pelas convicções do “Destino Manifesto” (1845), segundo as quais os EUA eram dotados de uma missão civilizadora: levar a democracia a todos os cantos; como também pelo “Corolário Roosevelt” (1904), um conjunto de ideias lançadas pelo então presidente norte-americano Theodore Roosevelt (1858-1919), que colocava os EUA como centro das decisões e em condições de intervir nos assuntos latino-americanos, surgindo aí a política do *Big Stick*³⁵ (ECEME, 1997), começando a configurar o predomínio desse país sobre o restante do continente, deixando de lado qualquer forma de união.

³⁴ No período de outubro de 1889 a abril de 1890.

³⁵ Tradução – Grande porrete. O presidente Roosevelt se baseou em um provérbio africano, “fale com suavidade, mas tenha sempre um grande porrete na mão, assim irás longe”, para exprimir sua política externa: agir primeiro com diplomacia, mas sempre mantendo a possibilidade de usar a força para fazer valer a sua vontade.

Após o término do maior conflito global, o mundo ficou dividido entre os blocos capitalista (EUA) e socialista (URSS), e para não perder o controle sobre todo o continente americano os EUA se viram obrigados a criar, ou reativar, um dispositivo com o qual pudesse continuar a influenciar e manter sob sua égide, principalmente a América Latina, assim, em 1948, foi criada a OEA.

Serão apresentadas, a partir de agora, organizações interestatais que atuam, ou atuaram, na América do Sul, de modo a levantar fatores interligados com as questões de segurança e defesa, e de que forma podem influenciar na integração do subcontinente.

3.4.1 Organização dos Estados Americanos (OEA)

Segundo o sítio da OEA na rede mundial de computadores, trata-se da organização regional, ainda em funcionamento, mais antiga do planeta. O fato precursor dessa instituição remonta à reunião de 18 países americanos na Primeira Conferência Internacional Americana, já citada anteriormente, e da qual surgiu a União Internacional das Repúblicas Americanas (posteriormente chamou-se de União Pan-americana e, por fim, tornou-se a Secretaria Geral da OEA), e onde se começou a estabelecer normas e dispositivos legais que vieram a formar o “Sistema Interamericano”, o primeiro dos sistemas institucionais internacionais.

A Carta da OEA, documento fundacional da organização, foi assinada em Bogotá, Colômbia, em 1948, entrando em vigor em dezembro de 1951. Ela foi reformulada algumas vezes – 1967, 1985, 1992 e 1993 – e hoje a instituição conta com 35 Estados membros e tem como pilares básicos a democracia, o desenvolvimento, os direitos humanos e a segurança.

Ainda com a denominação de União Pan-americana, no início da Segunda Guerra (1942), foi criada, pelos 21 Estados que naquele tempo formavam a instituição, a Junta Interamericana de Defesa (JID), que se tratava de uma cooperação militar. A ideia principal

era criar condições para aproximar instituições militares, policiais e civis frente a um mundo cada vez mais complexo.

Em 1947 realizou-se a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança no Continente, na cidade do Rio de Janeiro, que institucionalizou o TIAR, que trata basicamente de uma “autodefesa coletiva” contra um ataque de nação estrangeira de fora da região e, em caso de conflito entre dois Estados membros, a adoção de medidas conjuntas para solucioná-lo.

Ambas as instituições foram absorvidas pela OEA e vinculadas institucionalmente à Secretaria de Segurança Multidimensional (SSM), que tem como principal objetivo ser a referência hemisférica frente às ameaças de segurança, por meio da cooperação dos Estados integrantes. Essa Secretaria possui departamentos que atuam na área da segurança pública, no controle de drogas, contra o terrorismo e contra o crime organizado (OEA, 2018d).

Durante a Guerra Fria atuou fortemente no combate ao comunismo, chegando a suspender Cuba em 1962. Posteriormente tomou medidas para combater os golpes e contragolpes que ocorreram na América Latina, como os casos do Haiti (1991-1994), Venezuela (1992), Peru (1992), Paraguai (1996) e Honduras (2009). Entretanto, as realizações da OEA não têm atingido totalmente seus objetivos, principalmente devido à falta de aporte econômico e de vontade política, tornando-se um ator limitado no desenvolvimento e na real integração da região (MINGST; ARREGUÍN-TOFT; 2014).

3.4.2 Comunidade Andina de Nações (CAN)

Em maio de 1969, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru criaram, através do Acordo de Cartagena, uma união aduaneira e econômica, que ficou conhecida como Pacto Andino, que tentou restringir a entrada de capital estrangeiro na região, na tentativa de proteger as indústrias e os mercados nacionais. Quatro anos mais tarde a Venezuela passou a

pertencer ao grupo, e em 1976, com a ascensão ao poder do General Augusto Pinochet, o Chile deixou o bloco, pois preferia um comércio internacional menos restrito. O Pacto surgiu do fracasso da integração continental pretendida pela Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC)³⁶ (OLIVEIRA; LESSA, 2008).

Esse bloco estava pautado, principalmente, na parte econômica, esforçando-se em criar melhores condições para uma região que se encontrava bastante atrasada em relação aos grandes centros. Problemas internos de cada país, a exemplo das FARC na Colômbia, causavam sérios problemas para o avanço da integração. Em 1997 o Acordo de Cartagena foi reformulado, de forma a modernizá-lo ao contexto mundial cada vez mais competitivo, criando assim a CAN em substituição ao Pacto Andino (CAN, 2018).

Porém, como os índices que relatavam as condições de pobreza continuavam inalterados, foi decidido, em 2007, partir para uma “Integração Integral” que presava por uma aproximação mais adequada entre os assuntos de ordem sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais e comerciais. Dessa maneira Bolívia, Colômbia, Equador e Peru criaram o Sistema Andino de Integração para atuar nas referidas áreas. Do ponto de vista sul-americano, um passo importante em relação à integração foi a aproximação com o MERCOSUL a partir de 1998 (CAN, 2018).

Apesar de não priorizar temas relacionados à segurança e defesa, nem envolver diretamente questões militares, a CAN favorece o fortalecimento de uma América do Sul unida e coesa, pois sua experiência de quase 50 anos pode trazer muitos ensinamentos, e de certo modo, até facilitar, por exemplo, as relações comerciais entre as indústrias de defesa dos países do subcontinente, como o caso das Lanchas LPR-40 compradas pelo Brasil, sendo duas para a Marinha do Brasil (MB) e duas para o Exército Brasileiro (EB), e fabricadas na Colômbia (DEFESA AÉREA & NAVAL, 2014) (TECNODEFESA, 2017), ou também, da

³⁶ Criada em 1960, a ALALC tinha como cujo objetivo final o estabelecimento, a longo prazo, de um mercado comum na região. Foi substituída em 1980 pela Associação Latino Americana de Integração (ALADI) (BRASIL, 2018d).

intenção da Armada Paraguaia em comprar um navio de desembarque anfíbio, igualmente de fabricação colombiana (LOPES, 2017).

3.4.3 Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

Ocupando uma área de 40% do subcontinente sul-americano, com uma extensão de aproximadamente de 7,5 Km² (cortando oito países, mais a Guiana Francesa), abrigando cerca de 20% de toda fauna e flora do planeta e com uma bacia hídrica que possui 20% da água doce de superfície do globo, a Floresta Amazônica é uma região que sempre levantou interesses e curiosidades das mais diversas partes do mundo. Devido a sua importância estratégica, a Amazônia apresenta grandes desafios e possibilidades aos países desse ecossistema (BRASIL, 2018e).

Nesse espectro, em 1978, por iniciativa do governo brasileiro, foi assinado pelos oito países da região o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), cujo intuito era desenvolver a área, melhorar as condições de vida dos seus habitantes e, principalmente, enfatizar a soberania dos Estados em seus territórios amazônicos (BRASIL, 2018e).

Mesmo sendo um grupo de conciliação e cooperação que desempenhou um importante papel no fortalecimento regional diante desafios comuns, seus dirigentes viram a necessidade de subir de patamar e transformá-la em uma instituição com mais presença e representação. Assim, 20 anos após aquela assinatura, foi criada a OTCA, uma organização de caráter internacional com todas as principais características das OI. Atualmente, vários projetos estão em execução em diversas áreas: meio ambiente e desenvolvimento sustentável, turismo, saúde, ciência e tecnologia, assuntos indígenas e inclusão social (OTCA, 2018).

Não obstante ser uma entidade voltada para a preservação e avanço dos aspectos naturais e sociais da Amazônia, o objetivo de destacar a soberania dos países sobre seus

respectivos territórios cobertos pela floresta, coaduna com as intenções de segurança e defesa da região, bem como, fortalece a integração sul-americana.

3.4.4 Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

O Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991 pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, deu origem ao MERCOSUL, um organismo com foco na integração econômica, cujos alicerces são a democracia e o desenvolvimento regional. No ano de 2012 a Venezuela aderiu ao bloco como Estado Parte, mas devida a graves problemas internos, foi suspensa por completo em agosto de 2017. Os demais países do subcontinente são Estados Associados, sendo que a Bolívia está com seu processo para se tornar membro efetivo em estudo (BRASIL, 2018a).

Uma característica marcante é a disparidade no tocante ao grau de desenvolvimento e de industrialização dos países membros. Todavia, no período de 1990 (antes do bloco) até 1998, o comércio inter-regional cresceu de quatro para mais de 20 bilhões de dólares. Isso demonstra a qualidade do mecanismo, que passou por algumas turbulências, como a crise argentina de 2000/2001, mas se manteve sempre ativo (OLIVEIRA; LESSA, 2008).

Segundo o portal do governo brasileiro sobre o MERCOSUL, na rede mundial de computadores, a iniciativa se encontra em ritmo acelerado de revigoramento institucional, econômico e comercial. A busca da integração deve ocorrer por meio do crescimento das economias locais com democracia, respeito às liberdades elementares e aos direitos humanos (BRASIL, 2018a).

Como já dito anteriormente, a aproximação com a CAN contribuiu para uma completa integração da AS, e de maneira análoga ao citado sobre o grupo andino, o

MERCOSUL pode concorrer para o incremento das indústrias de materiais de defesa, possibilitando o desenvolvimento de ciência e tecnologia, meios de produção, qualificação de mão de obra, intercâmbio comercial e, por conseguinte, da segurança e defesa da região.

3.4.5 Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)

Durante uma reunião dos presidentes da América do Sul, realizada na cidade de Brasília – DF, no ano de 2000, surgiu, por iniciativa brasileira, a ideia de se criar um foro regional com vistas a planificar e integrar as infraestruturas físicas locais e “aproximar” ainda mais os 12 países. Estabeleceu-se, assim, a IIRSA, um instrumento organizacional de gerenciamento das atividades intergovernamentais que tinha como escopo geral arquitetar uma agenda conjunta para criar projetos de integração das infraestruturas de comunicações, transportes e energia (COSIPLAN, 2018).

Com a criação da UNASUL (próxima subseção), a IIRSA acabou sendo incorporada, em 2011, ao Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), órgão daquela OI. Durante seus 10 anos de trabalho, a Iniciativa desempenhou um papel importante ao organizar uma carteira de mais de 500 projetos estruturantes, ordenados em nove Eixos de Integração e Desenvolvimento (FIG. 14 – ANEXO A), os quais foram mantidos pelo COSIPLAN (BRASIL, 2018g).

Trata-se de um arrojado programa de integração, que depende de incentivos financeiros, públicos e privados, e de vontade política. A medida que sair da prancheta e for sendo colocado em prática, abrirá as portas para uma real união sul-americana. Sendo assim, o fortalecimento das infraestruturas nas três áreas citadas contribuirá com a defesa e segurança regionais, pois facilitará o controle dos ilícitos transfronteiriços, trocas de informações, além de agilizar o comércio intraregional.

3.4.6 União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)

Os presidentes dos países sul-americanos, quando em reunião em Cuzco, no Peru, em dezembro de 2004, decidiram criar a Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), com a finalidade de congregar as atividades desenvolvidas tanto pelo MERCOSUL, como pela CAN. Em 2007, no decorrer da Cúpula Energética da América do Sul, os Chefes de Estado decidiram mudar o nome da CSN para União de Nações Sul-Americanas. Assim, após a assinatura do Tratado de Brasília, declaração constitutiva da UNASUL, firmou-se tal mecanismo em 2008, que entrou em vigor em 11 de março de 2011 (UNASUR, 2018).

Esse organismo, por meio dos seus Conselhos Setoriais, trata de uma gama variada e abrangente de assuntos: energia; defesa; saúde; infraestrutura; desenvolvimento social; eleições; educação; cultura; economia e finanças; ciência, tecnologia e inovação; segurança cidadã; justiça e gerenciamento de ações contra o crime organizado transnacional e a questão de drogas (BRASIL, 2018f).

No Tratado Constitutivo da instituição aparecem, em seu artigo 3º, os objetivos específicos, e dentre esses existem aqueles relacionados aos assuntos de defesa e segurança:

- m) A integração industrial e produtiva, com especial atenção às pequenas e médias empresas, cooperativas, redes e outras formas de organização produtiva;
- n) A definição e implementação de políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica, com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios;
- [...]
- q) A coordenação entre os organismos especializados dos Estados-Membros, levando em conta as normas internacionais, para fortalecer a luta contra o terrorismo, a corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas, o tráfico de armas pequenas e leves, o crime organizado transnacional e outras armas, assim como para promover o desarmamento, a não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa e a desminagem;
- [...]
- s) O intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa; (BRASIL, 2017c, p. 9-10).

Dessa forma, viu-se a necessidade de contar com um órgão que orientasse e coordenasse as atividades relacionadas à defesa. Assim, em dezembro de 2008, com um

protagonismo inicial brasileiro, foi criado o CDS, tendo seus princípios consonantes com o previsto nas diretrizes da ONU e OEA. Foram definidas como metas gerais a pretensão de se obter uma identidade sul-americana em assunto de defesa, a confirmação da região como uma área pacífica e a criação de um entendimento conjunto em matérias relacionadas ao tema. Na guisa de direcionar a dinâmica do Conselho, foi estabelecido um documento, revisado anualmente, que orienta suas atividades, chamado de Plano de Ação. Quatro eixos de trabalho conduzem a confecção desse Plano: a) Políticas de Defesa; b) Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz; c) Indústria e Tecnologia da Defesa; e d) Formação e Capacitação (BRASIL, 2018f).

Visando uma melhor atuação do CDS, notou-se a necessidade de implementar e desenvolver uma mentalidade regional em termos estratégicos, que contribuísse com o direcionamento das políticas de defesa nacionais. Para tanto, foi criado o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, que tem a função de produzir conhecimento, difundir a concepção estratégica sul-americana, além de definir e elencar os fatores comuns, que estejam alinhados com os interesses de cada país da UNASUL (BRASIL, 2018f).

Outra deliberação tomada pelo CDS, foi a formalização da Escola Sul-Americana de Defesa em 2014. A ESUDE é um centro destinado a altos estudos (nível político-estratégico), formação e habilitação, quer de civis, quer de militares, na área de defesa e segurança regional. Ela tem uma forma descentralizada, possibilitando, por exemplo, o intercâmbio entre estudiosos e profissionais de defesa, como também a aproximação com a área acadêmica (BRASIL, 2014b).

Apesar de apresentar todos os predicados para que uma verdadeira integração do subcontinente aconteça, a UNASUL, com suas metas bastante audaciosas, possui diversas pessoas que a reprovam, entre eles, o presidente da Colômbia, Ivan Duque. Este afirmou, em 29 de junho de 2018, durante entrevista a uma rede de notícias norte-americana, que é

favorável à retirada do seu país da organização, pois segundo ele, a UNASUL foi criada pelo falecido Hugo Chávez, ex-presidente venezuelano, para dar um ar de legalidade ao seu regime e que a organização nada fez para barrar os seus desmandos. Além do mais, Duque incentivou para que os demais países também o façam (FRANCO, 2018).

Em abril de 2018, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru decidiram suspender sua participação na organização de forma indefinida devido ao impasse com governo venezuelano, que conta com o apoio de Bolívia, Suriname e Equador, em relação à escolha do novo secretário geral da instituição, cuja cadeira está vaga desde janeiro de 2017 (DINIZ, 2018). Outro fato que criou mais um inconveniente dentro da UNASUL aconteceu em 06 de julho último, quando o presidente equatoriano, Lenín Moreno, informou para a imprensa que pedirá a devolução da sede do organismo, que se encontra na capital de seu país. Para ele, um prédio que vale milhões de dólares não pode ficar sem utilidade, uma vez que a secretaria geral está “acéfala” a mais de um ano (INFOBAE, 2018).

Vale salientar que a UNASUL surgiu quando os governos de esquerda, ditos progressistas, dominavam praticamente toda a AS. Para os críticos³⁷, como Ivan Duque, estes governantes desenvolveram políticas ideológicas, e não políticas de Estado. O resultado é esse impasse no qual se encontra a entidade.

Destarte, a União de Nações Sul-Americanas reúne as melhores condições para que a integração regional, em todos os aspectos, ocorra. Basta que convicções individuais e/ou partidárias sejam deixadas de lado, e os dirigentes nacionais busquem soluções conjuntas de forma a unir e fortalecer a América do Sul.

³⁷ Ver reportagem do Jornal Estado de São Paulo: O papelão da Unasul, de 12 de março de 2015. Disponível em < <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,o-papelao-da-unasul-imp-,1649132> > Acesso em 20 jul.2018. E também o ensaio publicado pelo portal Crítica Nacional: Morte Lenta Do Foro De São Paulo: Seis Países Abandonam Unasul, de 21 de abril de 2018. Disponível em < <https://criticanacional.com.br/2018/04/21/morte-lenta-do-foro-de-sao-paulo-seis-paises-abandonam-unasul/> > Acesso em 20 jul.2018.

4 PERSPECTIVA SUL-AMERICANA SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM DEFESA

Após a Segunda Guerra Mundial, a sociedade internacional passou a se preocupar ainda mais com a questão da corrida armamentista e com os montantes gastos na produção de meios bélicos. Dessa feita, alguns Estados, procurando proporcionar maior transparência em assuntos relacionados com a defesa, buscaram meios de informar os dados sobre o tema. Foi assim que os *White Papers* (Livros Brancos) começaram a ser de conhecimento global (SOUZA, 2016).

Os chamados livros brancos, bem como outros documentos relativos à defesa, retratam a política (interna e externa) de determinado país em relação à proteção de seus interesses, soberania e sua postura em determinadas áreas. Segundo Barrachina (2008), tais escrituras consistem em documentos diplomáticos, pois apresentam as propostas de clareza nos programas de defesa e de segurança nacionais, de modo a minimizar a desconfiança internacional, principalmente no que tange aos investimentos em recursos de defesa, sendo essa uma atitude característica de governos democráticos.

A proposta originária desse tipo de informação surgiu em 1922, quando o senhor Winston Churchill (1874-1965), então Secretário de Estado das Colônias Britânicas, emitiu o primeiro documento com a denominação *White Paper*. A declaração de Churchill dizia respeito ao posicionamento do governo inglês em relação à conturbada situação que se vivia à época entre árabes e israelenses (YALE, 2008). Baseado nessa versão de livro branco, em 1935, o Reino Unido expediu o *Imperial Defence White Paper*, que foi o precursor dos documentos de defesa emitido por um Estado, cuja finalidade era garantir os recursos necessários para reequipar as Forças Armadas (GIBBS, 1976³⁸ *apud* Souza, 2016).

³⁸ GIBBS, N. H. *Grand strategy. Rearmament policy*, Stationery Office Books. v. 1, 1976.

No que diz respeito às Américas, iniciativas dessa monta, só tiveram reflexo a partir da década de 1990. Na 1ª Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA), ocorrida na cidade de Williamsburg (EUA), em julho 1995, começaram a ser discutidos assuntos alusivos ao tema. Nessa reunião foram abordados três pontos: Forças Armadas em democracias do século XXI; Cooperação em defesa; Transparência e medidas de fortalecimento da confiança e da segurança militar. Foram discutidos pontos que, hoje, são considerados fundamentais, quer para uma integração regional, quer para as questões de defesa e segurança a níveis nacional e internacional, tópicos como: o controle civil sobre a defesa; combate ao narcotráfico; proteção ambiental; aumento na participação em operações de paz sob égide da ONU; transparência nos quesitos de defesa, por meio de troca de informações e relatórios sobre recursos despendidos na área militar, informando à ONU e OEA; bem como aumentar a interação entre civis e militares sobre o assunto (OEA, 2018a).

Fato marcante nessa conferência foi o discurso do então vice-presidente norte americano Al Gore³⁹, que versou sobre vários aspectos, mas pode-se destacar a parte onde enfatizou que as FA podem e devem participar de diversos tipos de missões sem precisar utilizar suas armas, sempre em prol da liberdade e da paz. Destacou também: “o reconhecimento de que a segurança de nossos próprios países depende não da fraqueza de nossos vizinhos, mas dos esforços para promover a prosperidade mutuamente benéfica para todos os nossos países nesse hemisfério” (OEA, 2018a, tradução nossa⁴⁰).

Foi a partir dessa oportunidade que os Estados do continente começaram a trocar mais informações e iniciaram a escrita de seus Livros Brancos, informando ao mundo suas capacidades e intenções, não como forma de garantia, mas sim, de suas boas intenções.

Diante disso, os Livros Brancos de Defesa, ou documentos correlatos, de países sul-americanos, foram estudados com o intuito de verificar qual a perspectiva e linha de

³⁹ Albert Arnold "Al" Gore Jr, foi vice-presidente dos EUA entre 1993 e 2001.

⁴⁰ O idioma do documento original é o inglês.

pensamento destes no tocante à integração regional. A análise ocorreu com os livros da Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e, por fim, do Brasil.

De maneira geral, todos orientaram suas publicações pelos mesmos princípios, visando respeitar: o direito internacional; o cumprimento de todos os acordos e tratados firmados; a solução pacífica de controvérsias; a soberania dos Estados e as fronteiras internacionais; a não intervenção e o não uso da força; tudo em concordância com as Cartas da ONU e da OEA. Novas preocupações também são comuns, e assuntos como a inserção da mulher nas FA, atuação de militares em desastres naturais, participação em missões de paz, defesa cibernética, meio ambiente, direitos humanos e combate ao narcotráfico, ao terrorismo e ao crime organizado são temas que geram cuidado e podem ser encontrados.

4.1 Perspectiva da Argentina

O Livro Branco da República Argentina (ano 2015) descreve em seu capítulo XIX sua Política Internacional de Defesa (PID), e desde o início, está bastante enfático a importância da cooperação com os Ministérios de Defesa e Forças Armadas dos países amigos, com prioridade para a sub-região sul-americana, e em especial no contexto do CDS.

Essa política tem como objetivos gerais, dentre outros, a promoção e a consolidação da América do Sul como uma zona de paz e a construção de um sistema regional de defesa. E para que os mesmos sejam atingidos, foram definidos preceitos chaves que reforçam as principais ideias de integração regional:

— Criar condições para o estabelecimento de um entorno de segurança internacional, de forma a possibilitar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos, a não proliferação de armas de destruição em massa e a transparência em questões de defesa;

- Fortalecer a estrutura de defesa – CDS – para consolidar e alavancar a interoperabilidade, a interdependência e a confiança mútua, visto que a AS e o Atlântico Sul são áreas de atenção prioritárias da PID;

- Contribuir com o empenho regional para o desenvolvimento técnico-científico, de forma que os esforços dos países sul-americanos sejam complementares;

- Participar das operações de manutenção de paz sob mandatos da ONU;

- Manter contínuo os diálogos multilaterais nos níveis estratégico, político e militar com os ministérios de Defesa e Forças Armadas do subcontinente. Como exemplo desse tipo de interação cita-se a Força de Paz Binacional Combinada chileno-argentina *Cruz del Sur* e a Companhia de Engenheiros Combinada peruano-argentina *General San Martin*.

As prioridades e espaços de cooperação internacional podem ser demonstrados por um esquema de círculos concêntricos (FIG. 15 – ANEXO A), onde na parte central, e considerada mais importante, está a AS, depois a América Latina e Caribe, seguido pelo continente americano, e depois pelas demais regiões do globo.

A Argentina acredita na importância dos mecanismos bilaterais e multilaterais de diálogo, cooperação e de entendimento, tais como o CDS e as Conferências dos Ministros de Defesa das Américas. No Quadro 2 (ANEXO B) pode-se verificar os principais acordos permanentes de caráter bilateral da Argentina na América do Sul.

4.2 Perspectiva do Chile

O Chile foi o primeiro país sul-americano a publicar seu Livro da Defesa Nacional, em 1997, sendo sua última revisão feita em 2017. Apesar de tratar de assuntos relativos à UNASUL e ao CDS, é notório a prioridade dada pelo Chile à América Latina como um todo. Isso está claro no item que trata da cooperação em defesa com as diversas partes do globo:

O Chile entende que uma visão preferencial em relação à América Latina e ao sistema interamericano em geral, não significa ignorar a importância de manter um esforço cooperativo com outros países e regiões, no entanto os interesses do país não se esgotam em sua territorialidade ou seu ambiente imediato. (CHILE, 2017, p.157, tradução nossa⁴¹)

Tal concepção é reforçada quando é informado que o objetivo capital da política internacional, conduzida por seu Ministério da Defesa, é consolidar e fortalecer a Zona de Paz da América Latina e do Caribe.

O Chile buscou confeccionar esta última versão assentada numa nova metodologia de planejamento baseada em capacidades, com o intuito de atingir os mais elevados padrões internacionais em uso, tanto nos países da OTAN, como em alguns latino-americanos, a exemplo da Colômbia e da Argentina. Isso denota que a sua visão vai bem além da América do Sul. Para os chilenos é mister manter e aprofundar os acordos de cooperação internacional em matéria de ciência, tecnologia e indústria de defesa, conforme pode ser visto no Quadro 3 (ANEXO B).

Todavia, no que diz respeito à parte austral do continente, tenta se sobressair perante os demais Estados e evidencia a CMDA, reconhecendo-a como o foro político mais importante no âmbito de defesa do sistema interamericano. Ao abordar mais especificamente o CDS, corrobora como necessário para a construção de um pensamento estratégico regional a criação do CEED e da ESUDE, assim como tem ajudado no desenvolvimento institucional de ambos organismos.

O Livro explora também, a questão dos mecanismos bilaterais de cooperação em defesa, afirmando que estes contribuem sobrameneira para a consolidação da Zona de Paz Sul-americana. O Chile firmou tais acordos com: Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

Para o Estado chileno, o crescimento nacional está vinculado à condução das melhores relações políticas, trocas comerciais e cooperação com os países limítrofes,

⁴¹ O idioma do documento original é o espanhol.

englobando a esfera de defesa. Assim, a Política Externa chilena é conduzida dessa forma, tendo bom relacionamento com seus vizinhos, com exceção à Bolívia, com a qual ainda possui questões pendentes, conforme visto no capítulo anterior⁴².

Desse modo, apesar do foco primordial chileno ser a América Latina, tal pensamento não dificulta ou atrapalha a integração regional, visto que tem ativa participação no campo de defesa em toda região, seja em acordos bilaterais, seja no âmbito do CDS.

4.3 Perspectiva do Colômbia

O documento analisado foi a Política de Defesa e Segurança para a Nova Colômbia 2015 – 2018. Ressalta-se que no referido texto não se encontram referências específicas para América do Sul, nem para a UNASUL, como também para o CDS.

Na política externa estabelecida pelo governo colombiano está a busca pelo prestígio internacional através da colaboração bilateral, triangular e multilateral com regiões como a América Central e países considerados aliados ou estratégicos, como Canadá, EUA, México, Equador, Peru, Brasil e Chile, além de organizações, a exemplo da OEA.

Para o setor de Defesa foi identificado como objetivo primordial o fortalecimento das relações com organismos internacionais como ONU, Interpol⁴³, OTAN, entre outros. Cabe destacar que a Colômbia foi admitida, em 31 de maio de 2018, como parceira global desta última OI, sendo o primeiro Estado latino-americano a integrar a organização.

Assim sendo, fica evidente que, a despeito de manter ligações com alguns países do subcontinente, a Colômbia tem sua prioridade fora da AS. Sua política de defesa não se mostra direcionada para a consolidação da integração sul-americana.

⁴² Item 3.3.3 Chile X Bolívia.

⁴³ Maior organização policial internacional do mundo, com 192 países membros (INTERPOL, 2018).

4.4 Perspectiva do Paraguai

A Política de Defesa Nacional do Paraguai foi assinada em 1999 para um período que se estende até 2020. Verifica-se que os requisitos de Defesa podem ser resumidos em três níveis: nacional, regional e global. Por se tratar de um documento anterior à criação da UNASUL, ao abordar o segundo nível, é citada questão de defesa e segurança dentro da sub-região do MERCOSUL.

Tendo em vista ser um documento com uma validade bastante extensa (mais de 20 anos), as orientações específicas estão estabelecidas na Diretiva de Defesa Nacional, que são revisadas a cada cinco anos, sendo a que está em vigor a de 2013-2018. Nesta, os cenários estratégicos são determinados e ao explanar sobre o regional, já delimitado à América do Sul, cita o esforço em consolidar estruturas supranacionais existentes, UNASUL, MERCOSUL e CDS, visto que apresentam benefícios estratégicos tanto na cooperação para enfrentar ameaças comuns, como de representatividade do subcontinente. É relevante, também, a importância de acentuar os acordos bilaterais e multilaterais em matéria de Defesa, através de mecanismos de cooperação com FA dos países amigos.

Do exposto, nota-se que o Paraguai conduz sua Política de Defesa de modo a colaborar com a integração sul-americana.

4.5 Perspectiva do Peru

O Livro Branco da Defesa Nacional do Peru é do ano de 2005, portanto anterior à criação da UNASUL. Entretanto, o direcionamento para uma integração regional fica destacado, quer pela sua preocupação com a parte amazônica e com os projetos da IIRSA, quer pelo enfoque dado às questões de segurança e defesa no contexto da CAN. Além do mais, deixa bastante claro que para atingir o objetivo nacional de Defesa: “proteção e

promoção dos interesses nacionais no âmbito internacional”, se faz necessário desenvolver políticas que contribuam com a criação de um sistema sul-americano de segurança.

Os cenários trabalhados são o global, continental, regional, sub-regional e vicinal. No entorno continental é salientado a edificação do Sistema Interamericano de Defesa, com destaque para o TIAR e a JID. Para os cenários seguintes, regional e sub-regional, são enfatizadas as ações referentes à AS e à Comunidade Andina, respectivamente. Convém ressaltar a importância dada para a, então recém-criada, CSN.

Na esfera da CAN, as atividades de defesa estão norteadas pela Política Comunitária de Segurança e pela Rede Andina de Segurança, que é constituída por corporações políticas, acadêmicas, empresariais e outros setores da sociedade civil, juntamente com instituições governamentais e intergovernamentais da sub-região.

Com os países fronteiriços, o relacionamento na área de defesa visa estabelecer e manter a Zona Andina de Paz e Cooperação e a Zona Sul-americana de Paz. Para tanto, o Livro detalha os procedimentos adotados com cada um dos cinco vizinhos, a título de exemplo, o acordo conjunto que o Peru, Brasil e Colômbia firmaram para controlar as atividades ilícitas que ocorrem nos rios limítrofes, e as rodadas de conversação entre os Estados Maiores de Defesa dos países limítrofes e o Comando Conjunto das Forças Armadas peruanas.

4.6 Perspectiva do Uruguai

A Política de Defesa Nacional uruguaia, datada de 2014, já chama a atenção para a integração logo na sua capa, onde aparece escrito: “Um Uruguai integrado à região e aberto ao mundo” (URUGUAI, 2014, tradução nossa). Dentro do contexto das relações internacionais, fica claramente evidenciado a distinção para a América do Sul, quando diz que a Política Externa do Uruguai concede a mais alta preferência para as relações com os países

vizinhos, e que o MERCOSUL e a UNASUL são os principais meios para a integração. Atesta que o fortalecimento da união regional se apresenta como prioridade estratégica fundamental, sendo de vital importância alavancá-la.

Ao apresentar o “cenário futuro” (período de 2014 a 2030), reforça a necessidade de se continuar consolidando as duas OI acima citadas, bem como o CDS. Esta determinação também pode ser encontrada nas diretrizes estratégicas para a defesa nacional, assim como a participação em grupos regionais para o intercâmbio e discussão de políticas de segurança e defesa. Assim, fica inegável dizer que a Política de Defesa do Uruguai está totalmente eixada com a ideia de uma integração sul-americana.

4.7 Perspectiva do Brasil

Com o retorno dos civis ao poder em 1985, acentuou-se o afastamento do segmento civil da sociedade das questões relacionadas à defesa da Pátria, ficando esta restrita, tão somente, ao meio militar. Foi somente em 1996 que se confeccionou um documento oficial para orientar todos os setores da sociedade brasileira com a finalidade de aprimorar pensamento sobre manutenção da soberania, da integridade territorial e dos Objetivos Nacionais⁴⁴, tratava-se da Política de Defesa Nacional (PDN), que só viria a ser aprovada em 2005⁴⁵. Três anos depois, ela é atualizada e reforçada pela publicação da END. Em 2010, foi promulgada a Lei Complementar Nº 136/2010, que veio alterar a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999⁴⁶, que previa que tais documentos fossem atualizados a cada quatro anos a partir de 2012, além de implementar o LBDN, sob responsabilidade do ministro da Defesa. Dessa forma, a PDN sofre nova atualização nesse ano, sendo então denominada de PND.

⁴⁴ Art 3º da Constituição da República Federativa do Brasil.

⁴⁵ Decreto Nº 5.484, de 30 de junho de 2005.

⁴⁶ Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

Enquanto a PND, considerada a documentação de nível mais alto de planejamento de ações destinadas à defesa nacional, estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) e as orientações em todas as expressões do Poder Nacional interligadas com a questão, a END direciona as atividades a serem desenvolvidas por todos os setores da sociedade brasileira para que sejam atingidos os objetivos acima estabelecidos.

Na sequência, serão analisados a PND, a END e o LBDN (que foram atualizados em 2016 e estão sob apreciação do Congresso Nacional), com vistas a verificar como estão tais normativas no tocante à integração com os países sul-americanos e na sequência as ações que a expressão militar do Poder Nacional vem fazendo em relação ao tema.

4.7.1 Política Nacional de Defesa

O Ministério da Defesa é o órgão responsável pela coordenação da PND, que tem como princípios: a solução pacífica de disputas; promoção da paz e da segurança internacionais; o multilateralismo; e a “integração sul-americana”. Estabelece também, como região de maior prioridade para o Estado brasileiro, o chamado “Entorno Estratégico”, a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa oeste da África e a Antártica (FIG. 16 – ANEXO A). Como bem definiu José Luiz Fiori⁴⁷ ⁴⁸(FIORI 2013, p. 32, *apud* MATTOS, 2014): “Entorno estratégico brasileiro é a região onde o Brasil quer irradiar, preferencialmente, sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar”.

Apesar de aparecer apenas recentemente em documentos oficiais⁴⁹, essa ideia de priorizar tais áreas, já vem de tempos anteriores. Geopolíticos como Golbery do Couto e

⁴⁷ Professor de Economia Política Internacional no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴⁸ FIORI, J. L. O Brasil e seu Entorno Estratégico na Primeira Década do Século XXI. In: SADER, Emir. (Org.) **10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

⁴⁹ Primeira aparição foi na revisão de 2005 da PDN.

Silva⁵⁰ (1911-1987), Carlos de Meira Mattos⁵¹ (1913-2007), Therezinha de Castro⁵² (1930-2000) e Roberto Machado de Oliveira Mafra⁵³ já ressaltavam o valor e a atenção que devia ser dada à região desse entorno.

Cabe destacar a Teria do Quaterno desenvolvida pelo Coronel Roberto Mafra em 1996 (MAFRA, 2006), a qual dizia que, até o primeiro quartil do século XXI, o globo estaria reordenado em quatro grandes blocos inter-relacionados: o Norte-americano, o Sul-americano (BSA), o Europeu e o Asiático (FIG. 17 – ANEXO A). Ao explicar sobre o BSA, disse que a integração se daria na AS, inicialmente em torno do MERCOSUL, expandindo-se para a América Central, Caribe e por fim México. Desse modo formaria uma grande associação com todos os países latino-americanos, o que ele chamou de União Latino-americana.

Voltando à PND, que está baseada em três pilares – Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa (essa última voltada para a dissuasão ou para o enfrentamento) – sua concepção possui alguns posicionamentos, dos quais pode-se destacar a preferência na cooperação e integração dos países sul-americanos, com o intuito de alcançar soluções conjuntas para temas de interesses afins.

Os OND⁵⁴, definidos pela PND em um total de oito, dos quais pode-se destacar o quinto: “Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais”; foram estabelecidos após análise das esferas externa e interna do país. Devem ser

⁵⁰ General do Exército Brasileiro, participou da 2ª Guerra Mundial.

⁵¹ General do Exército Brasileiro; doutor em Ciência Política pela Universidade Mackenzie, SP; Chefe do destacamento brasileiro na Força Interamericana organizada pela OEA em 1965, na República Dominicana.

⁵² “Ingressou em 1952 como geógrafa no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), professora do Colégio Pedro II e da Faculdade de Humanidades Pedro II (FAHUPE), conferencista da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Aeronáutica, da EGN, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), da ESG e das delegacias da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) em todo o país” (REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2012).

⁵³ Coronel do Exército Brasileiro, professor de Geopolítica da ECEME e ESG.

⁵⁴ I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; II. Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas; III. Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior; IV. Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais; V. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; VI. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais; VII. Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa; VIII. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional (BRASIL, 2016b).

considerados fundamentais, pois tratam da segurança e defesa da nação brasileira, e serviram para a formulação da END.

4.7.2 Estratégia Nacional de Defesa

Esse documento não trata diretamente sobre integração, mas discorre sobre necessidades voltadas para a área de Defesa, como melhora das infraestruturas, fomento ao capital humano e à Base Industrial de Defesa (BID), conteúdos diretamente relacionados com os objetivos do CDS.

Como já dito anteriormente, a END ordena as ações para a conquista dos OND. Dessa forma, em acordo com os objetivos citados, são estabelecidas Estratégias de Defesa (ED), as quais, por sua vez, são compostas por Ações Estratégicas de Defesa (AED). Assim como na PND, fica claro o crédito atribuído à integração regional, pois dentro do OND de contribuir com a estabilidade regional, é estabelecida a ED-11 – Promoção da Integração Regional, com três AED, todas relacionadas com a UNASUL e CDS.

4.7.3 Livro Branco de Defesa Nacional

Esse documento, destaca no seu início, que no tocante às RI, o Brasil deve agir conforme os princípios apresentados no artigo 4º da Constituição Federal, e que sua política externa prioriza, como o previsto na PND, o seu entorno estratégico. Ressalta, da mesma maneira, que para a manutenção da estabilidade regional e para a cooperação a nível internacional é fundamental que os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores trabalhem conjuntamente, ou seja, as políticas de defesa e externas são suplementares e estão interligadas.

No âmbito regional, reforça que essas políticas precisam estar voltadas para incrementar a integração, de modo a robustecer a presença sul-americana no contexto mundial e, ainda ser um agente associador junto aos governos vizinhos para o fortalecimento da capacidade de defesa de todos, pois concorrerá no afastamento de possíveis atitudes que coloquem em risco a paz e a segurança da América do Sul.

Ao descrever “o ambiente estratégico do século XXI”, o Livro Branco evidencia que o mundo de hoje está marcado por incertezas, que apesar da existência do diálogo, do multilateralismo, da cooperação e do respeito aos direitos humanos, tais fatores não são garantidores de relacionamentos estatais totalmente pacíficos. Além do mais, cita que a globalização trouxe muitos benefícios, porém disseminou ameaças de diversas naturezas, como o terrorismo, narcotráfico e a pirataria.

Para tanto, afirma que o Estado brasileiro busca promover uma “multipolaridade cooperativa”, estrutura mundial com maior diversidade de poder (multipolaridade), de forma a consolidar mecanismos de governança solidários. No contexto sul-americano, afirma que no tocante a defesa, tanto a UNASUL e quanto o seu CDS devem ser vistos dessa maneira, pois são meios de atingir uma “comunidade de segurança regional”.

No desencadeamento de ideias sobre os sistemas regionais, novamente, corrobora a importância da regionalização ao nível do subcontinente, pois esta é considerada objetivo estratégico da política externa do Brasil. Qualquer tipo de instabilidade na região, pode afetar a segurança dos países. Para tanto, o estreitamento das relações, inclusive na área militar, contribui, profundamente, para a consolidação de um bloco que possa bem representar a identidade sul-americana (objetivo previsto na Carta da UNASUL) no cenário internacional.

Cita, também, que o CDS deve ser fortalecido, e a importância de se somar a este, outros fóruns existentes, tais como os encontros de Chefes de Estados-Maiores e Comandantes de Forças Armadas e a CMDA.

Isto posto, o LBDN enfatiza, em diversas oportunidades, a importância dada pelo Estado brasileiro à integração sul-americana, como também, da participação da expressão militar do Poder Nacional nesse processo.

4.7.4 As Forças Armadas e a Integração Regional

As Forças Armadas brasileiras mantêm com as demais do subcontinente um relacionamento estreito, baseado no respeito mútuo e na cooperação. Essas relações já transcorrem assim há um bom tempo. É comum nos estabelecimentos de ensino das três Forças a presença de militares oriundos de diversos países, sobretudo da América do Sul. Nos de formação de oficiais – Escola Naval (EN), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e Academia da Força Aérea (AFA) – os estrangeiros graduam-se junto com os brasileiros, a título de exemplo, em 2017, formaram-se na AMAN cinco cadetes de nações amigas, sendo três deles sul-americanos: um do Paraguai, um do Peru e outro do Suriname (AMAN, 2017).

Nas escolas de mais alto nível isso também ocorre, como na EGN, que neste ano estão realizando o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (CEMOS) três oficiais da AS, e na ECEME existem 11 oficiais alunos de outras nacionalidades frequentando o Curso de Comando e Estado Maior (CCEM), dentre eles um argentino, um chileno, um paraguaio, um peruano e um uruguaio, além de possuir sete estrangeiros como instrutores, contando a Argentina e Paraguai com um cada e o Equador com dois.

Na ESG⁵⁵ existem diversos cursos que cidadãos de outros países podem participar, mas há um cujo principal objetivo é desenvolver o pensamento sul-americano de

⁵⁵ “A Escola Superior de Guerra, criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento” (ESG, 2018a).

defesa, alicerçado na cooperação e integração regional, destinado a civis e militares, trata-se do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano – CAD-SUL (ESG, 2018b).

Militares brasileiros também participam de cursos, estágios, simpósios e reuniões nos países da cercania, além de integrar exercícios e operações em conjunto. A MB realiza diversas operações, dentre as quais se destacam: PLATINA e NINFA (Paraguai), FRATERNAL e PRATA (Argentina), BRACOLPER (Colômbia e Peru), BRASBOL (Bolívia), DIPLOMEX (Uruguai) e ACRUX (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia) (BRASIL, 2018c). A Força Aérea Brasileira (FAB) congrega com os países vizinhos exercícios bilaterais. Em 2014, participou da operação SALITRE, realizada no Chile, com o envolvimento de cinco países, onde somente um não era da AS. O de maior envergadura, o CRUZEX, que neste ano ocorrerá em Natal – RN no mês de novembro, contará com a participação de Forças Aéreas de 13 países. Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai confirmaram presença (BRASIL, 2018b).

Em novembro de 2017, realizou-se em Tabatinga – AM, na região da tríplice fronteira entre Brasil-Colômbia-Peru, o Exercício de Logística Multinacional Interagências, inédito na América do Sul, o AMAZONLOG. A atividade foi coordenada pelo Comando Logístico do EB e contou com a presença de militares (tropa ou observadores) de 19 países, sendo sete sul-americanos (Argentina, Brasil⁵⁶, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), de representantes de cinco ministérios brasileiros⁵⁷, de órgão e agências do governo do Brasil⁵⁸. Além do componente operacional voltado para atividades logísticas coletivas para a região, ocorreram antecipadamente um simpósio internacional sobre logística humanitária e uma exposição de materiais por parte de empresas da BID interessadas em apresentar

⁵⁶ Com representante das três Forças Singulares.

⁵⁷ Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores, da Integração Nacional, do Meio Ambiente e do então Ministério da Justiça e Segurança Pública.

⁵⁸ Polícia Federal; Receita Federal; Defesa Civil; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); INFRAERO; Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – Vigiagro; Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar do Amazonas.

produtos e soluções para o tema do exercício (AMAZONLOG, 2017). Assim sendo, verificou-se o envolvimento de diversos segmentos da sociedade brasileira, como também de Estados vizinhos, contribuindo para o desenvolvimento da região, fortalecendo os laços de amizade e a troca de informações, essenciais para a consecução de uma integração.

Outro episódio marcante, no qual a expressão militar reforçou a aproximação com os países sul-americanos, foi a Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), que teve seu componente militar comandado pelo Brasil e envolveu tropas de 16 países, dos quais oito sul-americanos⁵⁹. Foram 13 anos (2004-2017) de um trabalho que contribuiu para aumentar a proximidade com as FA e das RI do subcontinente.

Deve-se destacar mais um fator favorável à cooperação regional: a produção e exportação de equipamentos militares. Os maiores compradores de bens de defesa fabricados no Brasil, no período de 2000 a 2010 foram Colômbia, Equador e Chile, com aproximadamente 48% das exportações do setor (NEGRETE *et al*, 2016).

Isso pode ser exemplificado, de maneira indireta, com o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), um projeto estratégico do Exército, cujo principal objetivo é monitorar toda a faixa de fronteira terrestre a fim de levantar dados e informações para apoiar possíveis ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais⁶⁰. Esse projeto conta com meios de sensoriamento com modernos recursos tecnológicos, cujo índice de conteúdo nacional (produtos da BID) chega a 75% de todo o investimento. Em 2017, o então Ministro da Defesa do Brasil, Raul Jungmann⁶¹, propôs o compartilhamento de informações do SISFRON com os países vizinhos (BRASIL, 2017b), o que abriria, ainda mais, as portas das indústrias brasileiras de defesa no mercado sul-americano, além de aumentar a confiança recíproca entre os Estados.

⁵⁹ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

⁶⁰ Maiores informações disponíveis em < <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron> >.

⁶¹ Foi ministro da Defesa no período de maio de 2016 a fevereiro de 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As RI podem ser compreendidas como o relacionamento e a influência recíproca entre os diversos atores que estão presentes no cenário mundial: indivíduos, Estados, OI, ONG, grupos não-estatais; e que acontecem de modo sistematizado, ainda que estejam configuradas num quadro de anarquia – ausência de autoridade internacional – mantendo o funcionamento e a ordem do sistema internacional, independente da natureza dessas relações (políticas, econômicas, militares ou sociais).

É evidente a dimensão da História para o entendimento de como e do porquê as relações internacionais acontecem e se moldam. Com as narrativas de filósofos, sociólogos e de pensadores modernos foi possível conceber a relevância do inter-relacionamento de indivíduos, sociedades e Estados, permitindo um melhor entendimento dessas relações através de suas teorias e correntes.

As relações internacionais foram se modificando com o passar do tempo, porém após as duas Guerras Mundiais começaram a avançar rapidamente, principalmente após o início da Guerra Fria com a possibilidade de uma destruição mundial por um conflito nuclear. Contudo, ao final do período citado e com o surgimento de novas ameaças no cenário internacional – como o terrorismo – modernos atores, a exemplo das OI, ONG e corporações transnacionais, passaram a atuar mais intensamente e influenciar tanto na defesa, quanto na segurança, não ficando a condução das RI apenas nas mãos dos Estados.

Efetivamente, os conceitos de segurança e defesa estão interligados, sendo que de maneira geral, a segurança é o que a sociedade necessita, e a defesa é o que o Estado deve fazer para que o cidadão se sinta seguro. Nesse diapasão, a expressão militar do Poder Nacional surge como principal elemento estatal na execução da defesa e na garantia da segurança do País.

Se durante o confronto Leste-Oeste, as pautas relacionadas à segurança e defesa estavam focadas na bipolaridade, com a derrocada soviética e o surgimento de outras demandas, aquelas questões atingiram outro patamar. Assuntos de diversas ordens, tais como ambiental, social, energético e o narcotráfico, romperam as fronteiras físicas dos Estados e passaram a fazer parte das agendas relativas à segurança internacional, envolvendo elementos não-estatais, pois o que era uma apreensão apenas com as guerras, ganhou novos componentes e estabeleceu novos níveis para a estrutura de poder.

Assim, os estudos feitos para a elaboração desta tese tiveram como objetivo verificar o papel e a capacidade da expressão militar do Poder Nacional na configuração de uma integração sul-americana, como também analisar se os documentos confeccionados pelo governo brasileiro – PND, END e LBDN – estão alinhados com esse pensamento.

Sabe-se que a AS teve sua colonização executada, quase que totalmente, por espanhóis e portugueses. Enquanto estes expandiram o território, mantiveram a unidade nacional e a forma de governo da sua então colônia, o mesmo não ocorreu na hispano-américa, que foi fragmentada em várias repúblicas. Isso gerou um certo desconforto na região.

Com suas riquezas naturais é considerada uma das áreas do planeta com mais possibilidades de desenvolvimento, todavia apresenta problemas, como o narcotráfico e o crime organizado, que desestabilizam a região, afetando a segurança e a defesa dos países. Acrescenta-se a isso, a existência de ressentimentos históricos que, apesar da AS apresentar baixos índices de confrontos interestatais e que a diplomacia foi a primeira via de resolução das intrigas, o subcontinente ainda possui questões não totalmente resolvidas, sendo que algumas geraram conflitos bélicos com resultantes que perduram até os dias de hoje.

Dos litígios fronteiriços e econômicos que foram anteriormente analisados, os que ainda refletem uma certa preocupação e podem vir a influenciar negativamente na integração regional são as dissidências envolvendo a Venezuela, principalmente no que diz respeito à

área de Essequibo na Guiana, como também, a desavença entre a Bolívia e o Chile, que continuam rompidos diplomaticamente e este parece ser o tema de mais complicada decisão, tendo em vista que uma possível solução poderá abranger interesses peruanos.

Como já explanado, foi com o término da Segunda Guerra Mundial que os países começaram a verificar a necessidade de unir esforços para a sua proteção, não apenas na área militar, como também, na econômica, política, social e comercial. Assim surgiram as OI como a OEA (1948) e Comunidade Europeia do Carvão e Aço, em 1951 (precursora da EU que surgiu no ano de 1991). Na AS, a primeira iniciativa nessa perspectiva foi a criação da CAN em 1969, seguida pela OTCA, que teve sua origem em 1978 com a assinatura do TCA, pelo MERCOSUL em 1991, IIRSA (2000) e UNASUL em 2008.

A OTCA busca, dentre outros objetivos, destacar a soberania dos países membros sobre a Floresta Amazônica, condição estritamente relacionada com os objetivos de defesa dos Estados. A IIRSA (atual COSIPAN) na tentativa de criar uma agenda em comum, identificou que a integração de infraestruturas de comunicações, energia e transporte poderia alavancar a AS em vários setores, incluindo o da defesa. Por tratar de um ousado programa, necessita de um aporte financeiro considerável e muita capacidade e vontade política.

A CAN e o MERCOSUL apresentam como focos primordiais as questões comerciais, mas possuem um certo viés voltado para a defesa. A aproximação destes dois blocos, em 1998, colaborou para a criação da UNASUL, que em seu escopo, prevê ampla e total integração sul-americana, inclusive incorporando os projetos da IIRSA, de maneira a melhor apresentar a AS perante o SI. Cabe ressaltar o CDS, assim como o CEED e a ESUDE, organismos voltados para a segurança da região, o desenvolvimento de uma mentalidade sul-americana em defesa, sem, contudo, transformá-la numa aliança militarizada.

Para que se pudesse analisar as concepções sul-americanas relativas à integração em matéria de defesa, os Livros Brancos de defesa, ou documentos correlatos, de seis países e

do Brasil foram estudados. Do exposto, notou-se que Argentina, Paraguai, Peru, Uruguai e Brasil, convergem suas políticas de defesa para uma integração regional. A do Chile tem como prioridade a América Latina como um todo, todavia não apresentando empecilhos no tocante à integração do subcontinente. Porém, foi a política de defesa e segurança da Colômbia que deixou transparecer que esse país não tem como foco principal em defesa a AS.

Nesse contexto, as FA brasileiras atuam em prol de um cenário de integração sul-americana. Quer na realização de exercícios e operações em conjunto, quer na parte de formação ou aperfeiçoamento militar, como também, na participação em reuniões, simpósios e cursos, a exemplo do CAD-SUL, concebido especialmente para desenvolver uma mentalidade regional em defesa, tanto para civis como para militares da América do Sul. Não se pode esquecer do sucesso da MINUSTAH, inclusive na aproximação da FA sul-americanas, como também da BID, pois essa é mais uma forma de incrementar a cooperação do subcontinente.

Destarte, a expressão militar do Poder Nacional contribui no processo de integração regional e apresenta condições de aprimorar, ainda mais, essa sua característica, por se tratar de instituições compromissadas com o País e sua soberania, com seu desenvolvimento e, acima de tudo, com a segurança e a defesa de seu povo. Para tanto, o reforço dos laços com os países sul-americanos, como previsto nos documentos nacionais de defesa e idealizados por importantes geopolíticos brasileiros, se torna fundamental, pois se o desejo é ter um Brasil cada vez mais forte, o seu entorno estratégico deve ser, da mesma maneira, confiável e fortalecido. Parafraseando Al Gore em seu discurso na 1ª CMDA: para a segurança de cada país é importante que seus vizinhos não estejam enfraquecidos, esforços conjuntos devem ser realizados de modo que todos consigam prosperar.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS – AMAN. Aspirantes da Turma Tenente Iporan Nunes de Oliveira recebem suas espadas. 2017. Disponível em < <http://www.aman.eb.mil.br/ultimas-noticias/114-aspirantes-da-turma-tenente-iporan-nunes-de-oliveira-recebem-suas-espadas> > Acesso em 1º mar. 2018.

ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Orgs.). **Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia**. Brasília: IPEA, 2011, 217 p.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das sociedades americanas**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 764 p.

AMAZONLOG. **AMAZONLOG 2017**. 2017. Disponível em < <http://amazonlog.net/sobre-o-amazonlog-2017.html> > Acesso em 09 jul. 2018.

ARRUDA, José Jobson de A. PILLETI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INTEGRACIÓN (ALADI). 2018. Disponível em < <http://www.aladi.org/sitioAladi/quienesSomosP.html> > Acesso em 09 jul. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **Informação e documentação** – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação (ABNT NBR 6024:2003). Rio de Janeiro: ABNT, 2003. 3 p.

_____. **Informação e documentação** – referências – elaboração ABNT NBR 6023:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002a. 24 p.

_____. **Informação e documentação** – trabalhos acadêmicos – apresentação (ABNT NBR 14724:2011). Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11 p.

BAHIA, Nelson Ricardo Calmon. **América do Sul: uma comunidade de segurança a médio prazo?**. 2017. 136 f., Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos Marítimos) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro: 2017.

BARRACHINA C. Programa interno de medidas de confianza mutua: los Libros Blancos em América Latina bajo una perspectiva comparada. In: SEPÚLVEDA I. e ALDA S (eds). **La administración de La Defensa em América Latina: Estudios Comparados**. Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado - UNED, 2008, Tomo III, p. 423-446. Disponível em < https://iugm.es/wp-content/uploads/2016/07/ADEFAL_tomo_III.pdf > Acesso em 15 jul. 2018.

BOUTHOU, Gaston. **Tratado de Polemologia**. Madrid: Ediciones Ejército, 1984. Capítulos 1 e 2.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico, Volume I, Elementos Fundamentais**, Rio de Janeiro: 2014a (Manual em revisão)

_____. Estado Maior do Exército. **Estratégia - C 124-1**. 3 ed. Brasília: 2001.

_____. MERCOSUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. 2018a. Disponível em < <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul> > Acesso em 09 jul. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Cenário de Defesa 2020-2039 – sumário executivo** / Ministério da Defesa. Assessoria Especial de Planejamento. Brasília: A Assessoria, 2017a.

_____. _____. **Cenário de Defesa 2035**, 1 ed, Brasília, [s.n.], 2014?

_____. _____. **Doutrina Militar de Defesa – MD51-M-04**. 2 ed. Brasília: 2015a.

_____. _____. **Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01**. 5 ed. Brasília: 2007.

_____. _____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. (Versão sob apreciação do Congresso Nacional). Brasília: 2016a. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro_branco_de_defesa_nacional_minuta.pdf > Acesso em: 1º mar. 2018.

_____. _____. **Ministros e governadores debatem soluções para a segurança pública e o controle das fronteiras**. 2017b. Disponível em < <https://www.defesa.gov.br/noticias/36398-ministros-e-governadores-debtem-solucoes-para-a-seguranca-publica-e-o-controle-das-fronteiras> > Acesso em 17 ago. 2018.

_____. _____. **Ministros integrantes da UNASUL aprovam criação da Escola Sul-Americana de Defesa**. 2014b. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/noticias/8432-defesa-ministros-integrantes-da-unasul-aprovam-criacao-da-escola-sul-americana-de-defesa> > Acesso em 26 mar. 2018.

_____. _____. **Normativa – UNASUL – CDS – CEED – ESUDE**, 2017c. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativa_unasul_2017.pdf > Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. _____. **Política Nacional de Defesa – Estratégia Nacional de Defesa** (Versão sob apreciação do Congresso Nacional). Brasília: 2016b. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf > Acesso em: 1º mar. 2018.

_____. _____. Força Aérea Brasileira. **Reunião apresenta diretrizes para a Cruzex Flight 2018**. 2018b. Disponível em < <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/31717/OPERACIONAL%20-20Reuni%C3%A3o%20apresenta%20diretrizes%20para%20a%20Cruzex%20Flight%202018> > Acesso em 15 jul.2018.

_____. _____. Marinha do Brasil. **Outras Operações**. 2018c. Disponível em < <https://www.marinha.mil.br/node/853> > Acesso em 15 jul. 2018.

_____. _____. **SISFRON atua na defesa e no desenvolvimento da fronteira terrestre do Brasil**. 2015b. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/noticias/17674-sisfron-atua-na-defesa-e-no-desenvolvimento-da-fronteira-terrestre-do-brasil> > Acesso em 17 ago. 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)**. 2018d. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/690-associacao-latino-americana-de-integracao-aladi> > Acesso em 09 jul. 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Nota 255 - **Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul**, 2017d. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico> > Acesso em 02 abr. 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**. 2018e. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca> > Acesso em 09 jul. 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **União de Nações Sul-Americanas**. 2018f. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas> > Acesso em 10 jul. 2018.

_____. Ministério do Planejamento. **COSIPLAN**. 2018g. Disponível em < <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/integracao-sul-americana/cosiplan-conselho-sul-americano-de-infraestrutura-e-planejamento> > Acesso em 09 jul. 2018.

BRITO, Carlos Timo. Segurança e Defesa: Uma Moldura Teórico-Conceitual. In: **XIV Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional**. Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD), Ministério da Defesa. Resende, RJ, 24 jul. 2017. 70 slides. Apresentação em formato PDF.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Tradução de Sérgio Bath. 1 ed. São Paulo: Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002. 361 p. Título Original: The Anarchical Society.

BUZAN, Barry. **People, states and fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War era**. Colchester: ECPR Press, 2008.

_____; HANSEN, Lene. **A Evolução dos estudos de segurança internacional**. Tradução Flávio Lira. São Paulo: Unesp, 2012. 576 p. Original Inglês.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____; Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CASTRO, Therezinha de. América do Sul: vocação geopolítica. 1997. In: REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Rio de Janeiro: ESG, 2012. V 27, n 54. Disponível em < http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_54.pdf > Acesso em 05 fev. 2018.

_____. **Nossa América: geopolítica comparada.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1995.

CASTRO, Vinícius. **Ameaças ao Brasil: Elas existem(?) (!).** 2012. Disponível em < <http://www.defesaareanaval.com.br/ameacas-ao-brasil-elas-existem-2/> > Acesso em 1º jun. 2018

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

COMUNIDAD ANDINA (CAN). 2018. Disponível em < <http://www.comunidadandina.org/Index.aspx> > Acesso em 08 jul. 2018.

CONSULTOR JURÍDICO. Guerra do Pacífico - **Haia dá razão ao Peru em disputa marítima com o Chile.** 2014. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2014-jan-27/corte-haia-encerra-disputa-entre-chile-peru-control-e-litoral> > Acesso em 06 jun. 2018.

DEFESA AÉREA & NAVAL. Desenvolvido por Guilherme Wiltgen e Luiz Padilha. **Flotilha do Amazonas recebe lanchas colombianas LPR-40.** 2014. Disponível em < <http://www.defesaareanaval.com.br/flotilha-do-amazonas-recebe-lanchas-colombianas-lpr-40/> > Acesso em 08 jul. 2018.

DELGADO, Paulo. Conceitos de segurança e defesa: implicações para a ação externa e interna do governo. In: PINTO, J.R.; ROCHA, A.J.; SILVA, R.D. (Orgs). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil: Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança.** Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. V 1, p. 157-187. Disponível em < <https://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/reflexao.pdf> > Acesso em 05 fev. 2018.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global.** São Paulo: Editora Atlas. Livro Digital. 2010

DINIZ, Maiana. **Brasil e mais cinco países suspendem participação na Unasul.** 2018. Agência Brasil. Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-04/brasil-e-mais-cinco-paises-suspendem-participacao-na-unasul> > Acesso em 11 jul. 2018.

DUARTE, Paulo. **O Conflito das Malvinas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Brasileiro, 1986

EDITORIAL CONCEITOS. **Organização Intergovernamental (OI) – Conceito, o que é, Significado.** 2017. Disponível em < <https://conceitos.com/organizacao-intergovernamental> > Acesso em 13 jun. 2018.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO – ECEME. Áreas de Fricção Política na América Latina. **Coletânea de publicações de Geografia e História**. 2 ed, Rio de Janeiro: 1998.

_____. As Grandes Correntes Teóricas nas Relações Internacionais - **Paradigmas, Tradições de Pensamento e Teorias nas Relações Internacionais (Módulo 1)**. Rio de Janeiro: Instituto Meira Mattos, 2012?.

_____. Independência na América Hispânica. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: 1997.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – ESG. **Apresentação**. 2018a. Disponível em < <http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/apresentacao> > Acesso em 15 jul. 2018.

_____. **Curso Avançado de Defesa Sul-Americano – CAD-SUL**. 2018b. Disponível em < <http://www.esg.br/index.php/br/cursos/cursos-regulares?id=171> > Acesso em 15 jul. 2018.

FRANCO, Álvaro da Costa. Tratados de Fixação de Limites Territoriais. **Atlas Histórico do Brasil**. Fundação Getúlio Vargas, 1998. Disponível em < <http://atlas.fgv.br/verbetes/tratados-de-fixacao-de-limites-territoriais> > Acesso em 22 abr. 2018.

FRANCO, Nádia. **Presidente eleito da Colômbia pede que países da região deixem Unasul**. 2018. Agência Brasil. Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-06/presidente-eleito-da-colombia-pede-que-paises-da-regiao-deixem-unasul> > Acesso em 11 jul. 2018.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas P. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 35, n.1, jan./jun. 2013.

GUERRA NA PAZ. Rio de Janeiro: Editora Rio Gráfica Ltda, 1984. (Original: War in Peace. London: Orbis Publishing Co.)

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Uma estratégia militar para o Brasil. In: PINTO, J.R.; ROCHA, A.J.; SILVA, R.D. (Orgs). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**: Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. V 1, p. 39-48. Disponível em < <https://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/reflexao.pdf> > Acesso em 05 fev. 2018.

GOLDBAUM, Sergio; LUCCAS, Victor Nóbrega. Comunidade Andina de Nações. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP**, São Paulo: n. 309, 2012. Disponível em < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9650/TD%20309%20-%20Sergio%20Goldbaum.pdf> > Acesso em 21 abr. 2018.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 268 p.

INFOBAE. **Lenín Moreno le pedirá a la UNASUR la devolución del edificio de su sede en Quito**. 2018. Disponível em < <https://www.infobae.com/america/america-latina/2018/07/06/lenin->

moreno-le-pedira-a-la-unasur-la-devolucion-del-edificio-de-su-sede-en-quito/ > Acesso em 11 jul. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, **Brasil 2035, cenários para o desenvolvimento**. 2017. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170606_brasil_2035_cenarios_para_desenvolvimento.PDF > Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. **Relações do Brasil com a América do Sul após a Guerra Fria: política externa, integração, segurança e energia**. 2015. Disponível em < http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2023_sumex.pdf > Acesso em: 24 mar. 2018.

INTERPOL. **Overview**. 2018. Disponível em < <https://www.interpol.int/About-INTERPOL/Overview> > Acesso em 16 jul. 2018.

ISLAS MALVINAS ARGENTINAS. **Imagem Islas Malvinas**. 2015. Disponível em < <https://malvinasislasargentinas.blogspot.com/2015/02/brasil-utilizara-el-nombre-islas.html> > Acesso em 12 jun. 2018.

KOSHIBA; Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil: no contexto da história ocidental**. 8 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atual. 2003. 602 p.

KREIBOHM, Patricia, *et al.* Integração da América do Sul. **Revista PADECEME**, Rio de Janeiro: ECEME, n. 17, p. 85-96, 1º quadrimestre 2008.

LOBO-GUERRERO, Catalina; LAFUENTE, Javier. **Venezuela e Colômbia se envolvem em um conflito marítimo - Caracas decreta de forma unilateral uma fronteira marítima em disputa há décadas**. 2015. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/internacional/1434992960_047625.html > Acesso em 23 abr. 2018.

LOPES, Roberto. **Na Armada Paraguaia, a espera de 32 anos por um navio novo pode estar perto do fim: o plano é comprar uma embarcação de desembarque anfíbio de 620 toneladas**. 2017. Plano Brasil. Disponível em < <https://www.marinha.mil.br/content/na-armada-paraguaia-espera-de-32-anos-por-um-navio-novo-pode-estar-perto-do-fim-o-plano-e> > Acesso em 08 jul. 2018.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica – Introdução ao estudo**. 1 ed. São Paulo. Sicurezza, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: teoria e história 2**. São Paulo: Saraiva, 2009. recurso online ISBN 9788502201989.

MATTOS Leonardo Faria de. A inclusão da Antártica no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro. **Revista da Escola de Guerra Naval: Periódico Especializado em Assuntos Estratégicos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 165-191, jan/jun 2014. Disponível em < <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/193/155> > Acesso em 11 ago. 2018.

_____. O Entorno Estratégico Brasileiro - Análise de Temas de Interesse da Defesa – ATIDE 2018. In: **Curso Superior de Defesa**, 2018. Escola Superior de Guerra. Palestra apresentada em 26 jun. 2018.

MENDES, Anderson de Araújo, *et al.* **Análise do processo de desenvolvimento do CDS / UNASUL em tempos de austeridade**. 2017, 13 f. Faculdades Integradas Rio Branco, São Paulo. 2017. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/analise_do_processo_de_desenvolvimento_do_cdsun_asul_em_tempos_de_austeridade.pdf > Acesso em 22 mar. 2018.

MERCOSUR. **Mercosul**. 2018. Disponível em < <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/5878/12/innova.front/mercosul> > Acesso em 09 jul. 2018.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. **Princípios de Relações Internacionais**. Tradução de Cristiana de Assis Serra. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 419 p. Título original: *Essentials of international relations*, 6th.

MOREIRA, Heleno. A Integração Sul–Americana: Situação Atual e Perspectivas. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: ESG, 2010 — v. 25, n. 51, p. 7-23. Disponível em < http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_51.pdf > Acesso em 5 fev. 2018.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz**, Brasília: Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2003.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONUBR. **ESPECIAL: Brasil no Haiti – um país mais seguro e estável**. 2017. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/especial-brasil-no-haiti-um-pais-mais-seguro-e-estavel/>. Acesso em 09 jul. 2018.

NEGRETE, Ana Carolina Aguilera *et al.* **Mapeamento da Base Industrial de Defesa**. Brasília: ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

NUNES, Augusto. **Maduro exige dois terços da Guiana para aplicar o golpe do patriota de galinheiro**. 2015. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/maduro-exige-dois-tercos-da-guiana-para-aplicar-o-golpe-do-patriota-de-galinheiro/> > Acesso em 1º jun. 2018.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**. 1 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Conselho de Segurança**. 2018. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/> > Acesso em 20 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA). 2018. Disponível em < http://www.otca-oficial.info/about/who_we_are > Acesso em 09 jul. 2018.

_____. **Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica**. 2010. Disponível em < <http://www.otca-oficial.info/assets/documents/20160816/e05ee45c8ab089b6a841ebbafd0345b8.pdf> > Acesso em 09 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Conferência dos Ministros da Defesa das Américas**. 2018a. Disponível em < <http://www.oas.org/csh/portuguese/docminist.asp#I> > Acesso em 14 jul. 2018.

_____. **Nossa História**. 2018d. Disponível em < http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp > Acesso em 20 jun. 2018.

PÁGINA DA HISTÓRIA. Desenvolvido por Rodrigo Udo Zeviani. **Os Tratados Territoriais do Brasil no Século XVII**. 2014 Disponível em < http://www.paginadahistoria.com.br/exibe_historia_brasil/114/11.2-os-tratados-territoriais-do-brasil-no-s-oculo-xviii.html > Acesso em 23 abr. 2018.

PALACIOS, Ariel. **A disputa de territórios na América do Sul**. 2018. Disponível em < <https://epoca.globo.com/mundo/noticia/2018/03/disputa-de-territorios-na-america-do-sul.html> > em 23 abr. 2018.

PINTO, J.R.; ROCHA, A.J.; SILVA, R.D. (Orgs). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília: Ministério da Defesa/Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, 212 p. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança – V 2). Disponível em < <https://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/brasil.pdf> > Acesso em 05 fev. 2018.

REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Rio de Janeiro: ESG, 2012. V 27, n 54. Disponível em < http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_54.pdf > Acesso em 05 fev. 2018.

REVISTA ÉPOCA (*on line*). **Peru ganha na justiça parte do território marítimo do Chile**, 2014. Disponível em < <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/01/bperub-ganha-na-justica-parte-do-territorio-maritimo-do-bchileb-entenda.html> > Acesso em 06 jun. 2018.

REVISTA OPERACIONAL. **Mapa de Essequibo**, 2015. Disponível em < <http://www.revistaoperacional.com.br/2015/geopolitica/venezuela-cobica-regiao-gerida-pela-guiana/> > Acesso em 31 maio 2018.

REUTERS. **Saiba o histórico de tensões entre Colômbia e Venezuela**. 2010. Disponível em < <http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,saiba-o-historico-de-tensoes-entre-colombia-e-venezuela,582243> > Acesso em 23 abr. 2018.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e desce! Explicando a cooperação em defesa na América do Sul: uma teoria realista ofensiva**. 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88329> > Acesso em 19 mar. 2018.

SCHMITTER, Philippe C. A. **Experiência da integração europeia e seu potencial para a integração regional**. Lua Nova [online], São Paulo, n. 80, p. 9-44, 2010. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/02.pdf> > Acesso em 07 jul. 2018.

SOUSA, Gustavo José Baracho de. **Os livros brancos e outros documentos de defesa: fontes da difusão e da orientação doutrinária**. 2016. 191 f. Tese (doutorado em administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Rainer. **Rebelião Túpac Amaru**. 2018. Disponível em < <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historia-america/rebeliao-tupac-amaru.htm> > Acesso em 31 jul. 2018.

TECNODEFESA. **As novas embarcações do Exército Brasileiro**. 2017. Disponível em < <http://tecnodefesa.com.br/as-novas-embarcacoes-do-exercito-brasileiro/> > Acesso em 08 jul. 2018.

UNASUR. **Unasur**. 2018. Disponível em < <https://www.unasursg.org/es/historia> > Acesso em 10 jul. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VILLA, Rafael Duarte. **A construção de um sistema internacional policêntrico: atores estatais e não-estatais societários no pós-Guerra Fria**. Brasília, Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB) e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/MRE) Revista Cena Internacional, ano 3, Nº2, 2001.

YALE LAW SCHOOL. **British White Paper of June 1922**. Avalon Project, Lillian Goldman Law Library. 2008. Disponível em: < http://avalon.law.yale.edu/20th_century/brwh1922.asp >. Acesso em 15 jul. 2018.

ZERBATO, Diego. Venezuela cobiça área com petróleo na Guiana. **Conheça outras disputas territoriais na América Latina**. 2015. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/08/1666625-veja-nove-exemplos-de-disputas-territoriais-pendentes-na-america-latina.shtml> >. Acesso em 23 abr. 2018.

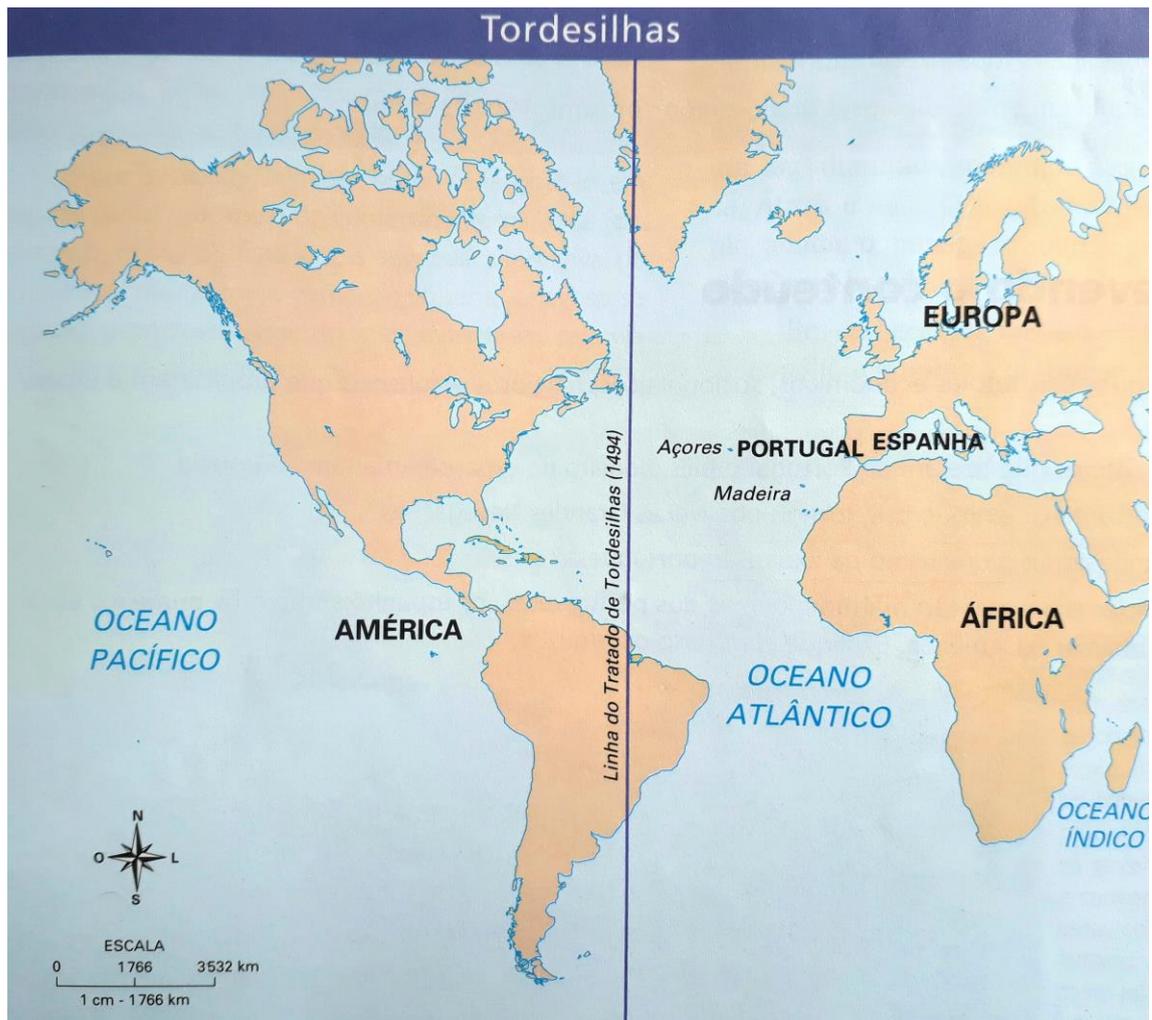


FIGURA 2 – Tratado de Tordesilhas
FONTE: ARRUDA; PILLETI, 2007, p. 171.



FIGURA 3 – América Espanhola
 FONTE: KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p. 250.

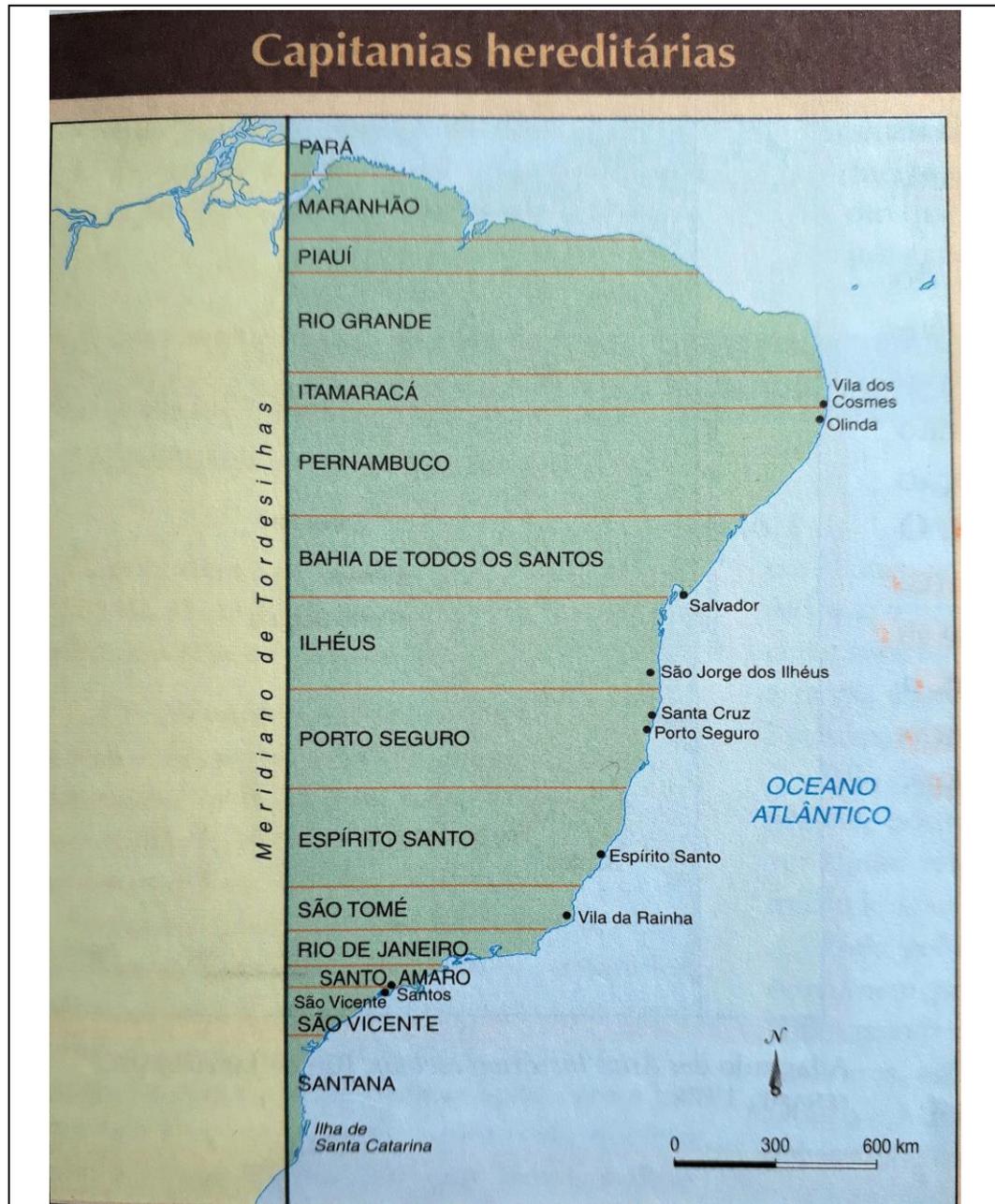


FIGURA 4 – Capitanias Hereditárias
 FONTE: KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p. 47.



FIGURA 5 – Os Tratados Territoriais do Brasil no Século XVII
 FONTE: PÁGINA DA HISTÓRIA, 2014.⁶³

⁶³ Disponível em < http://www.paginadahistoria.com.br/exibe_historia_brasil/114/11.2-os-tratados-territoriais-do-brasil-no-s-oculo-xviii.html > Acesso em 23 abr. 2018.



FIGURA 6 – Disputa marítima Colômbia X Venezuela
 Fonte: CASTRO, 2012.⁶⁴



FIGURA 7 – Guiana Essequiba
 FONTE: Revista Operacional, 2015.⁶⁵

⁶⁴ Disponível em < <https://cdn2.defesaereanaval.com.br/wp-content/uploads/2012/12/amea%C3%A7as8.jpg> > Acesso em 1º jun. 2018.

⁶⁵ Disponível em < <http://www.revistaoperacional.com.br/2015/geopolitica/venezuela-cobica-regiao-gerida-pela-guiana/> > Acesso em 31 maio 2018.



FIGURA 8 – Área tomada pelo Chile durante a Guerra do Pacífico.
Fonte: CASTRO, 2012.⁶⁶



FIGURA 9 – Disputa Marítima Chile X Peru
Fonte: CASTRO, 2012.⁶⁷

⁶⁶ Disponível em < <https://cdn1.defesaaereanaval.com.br/wp-content/uploads/2012/12/amea%C3%A7as10.jpg> > Acesso em 1º jun. 2018.

⁶⁷ Disponível em < <https://cdn2.defesaaereanaval.com.br/wp-content/uploads/2012/12/amea%C3%A7as11.jpg> > Acesso em 1º jun. 2018.

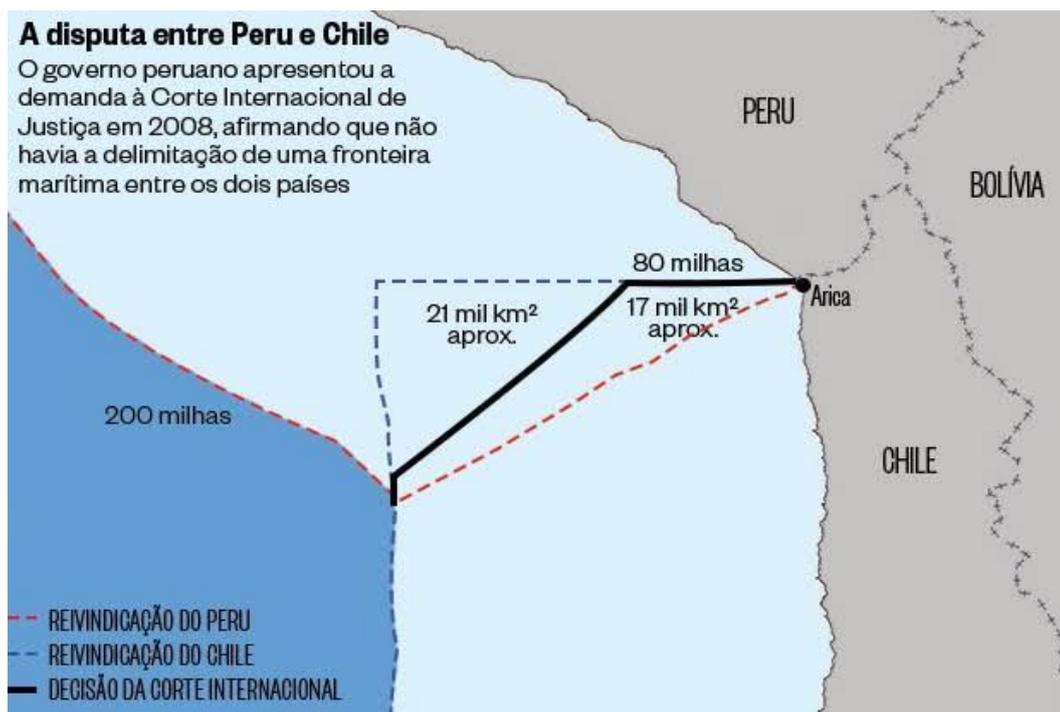


FIGURA 10 – Decisão da CIJ sobre a disputa marítima Chile X Peru
Fonte: ÉPOCA (*on line*), 2014.⁶⁸



FIGURA 11 – Região ocupada pelo Peru com a guerra de 1941
Fonte: CASTRO, 2012.⁶⁹

⁶⁸ Disponível em < <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/01/bperub-ganha-na-justica-parte-do-territorio-maritimo-do-bchileb-entenda.html>. Acesso em 06 jun. 2018.

⁶⁹ Disponível em < <https://cdn2.defesaaereanaval.com.br/wp-content/uploads/2012/12/amea%C3%A7as9.jpg> > Acesso em 1º jun. 2018.



FIGURA 14 – Eixos de Integração e Desenvolvimento (IIRSA / COSIPAN)
 Fonte: COSIPAN, 2018.⁷²

⁷² Disponível em < <http://www.iirsa.org/Infographic> > Acesso em 09 jul. 2018.

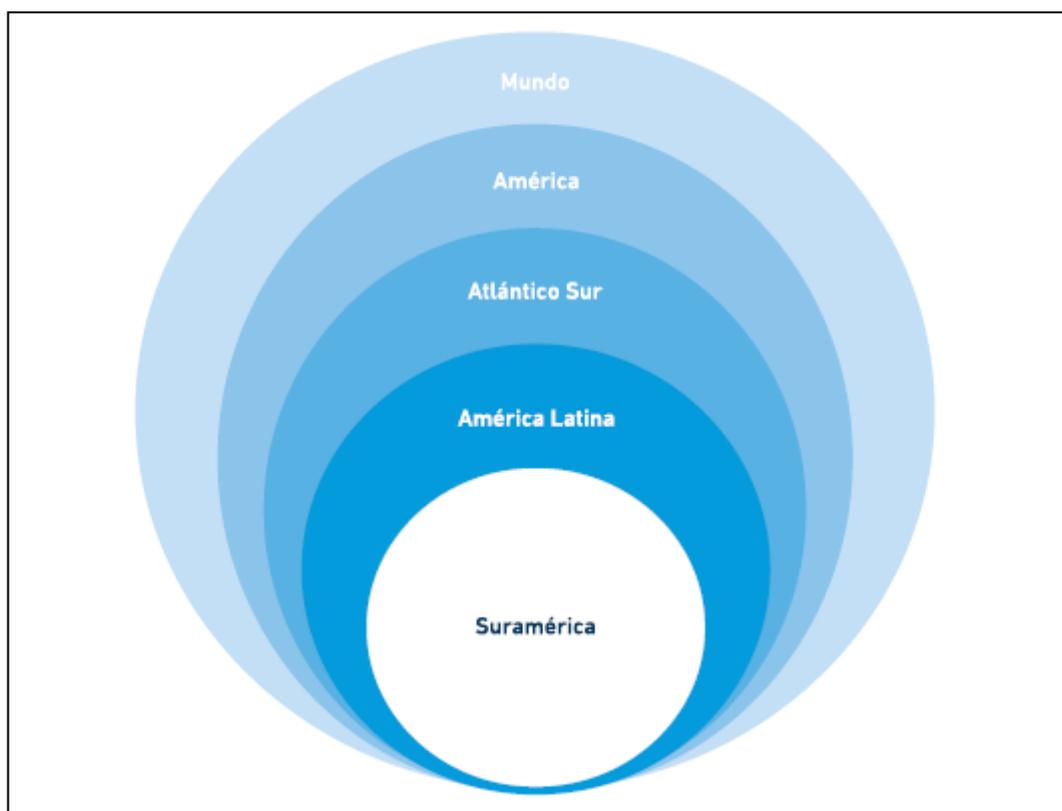


FIGURA 15 – Âmbitos de atuação de la dimensão internacional de la Defensa Nacional
 Fonte: ARGENTINA, 2015



FIGURA 16 – Entorno Estratégico Brasileiro – PND 2016
 Fonte: MATOS, 2018

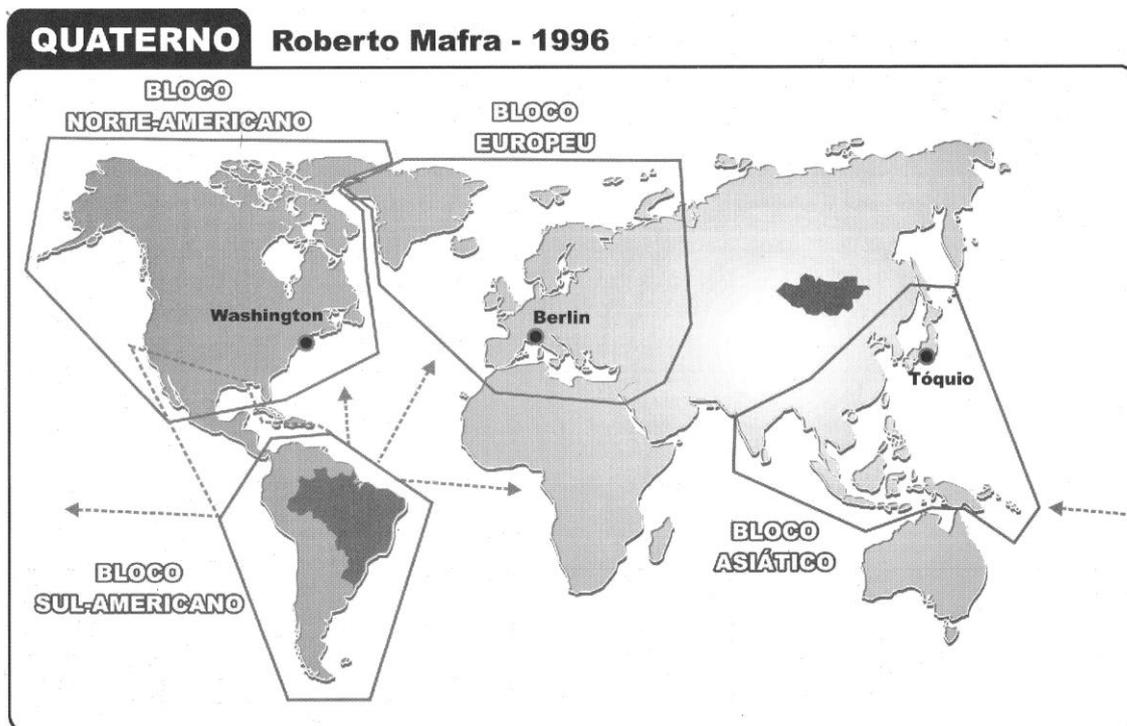


FIGURA 17 – Teoria do Quaterno – Cel Mafra (1996)
Fonte: MAFRA, 2006. P. 199.

ANEXO B

Quadros

QUADRO 1
Níveis de Segurança e Instrumentos Estatais de Defesa

ÂMBITO	SEGURANÇA			INSTRUMENTOS ESTATAIS DE DEFESA		
	NÍVEL	DIMENSÃO	INTERESSES	COERCITIVOS	NÃO COERCITIVOS	
Interno	Individual	Pública	Direitos e Garantias Individuais	Órgãos de Segurança Pública (Poder de Polícia) e FA (casos previstos em lei)	FA (atribuições subsidiárias)	Outros Organismos e instituições do Estado
	Comunitário		Grupais setoriais			
Externo	Nacional	Nacional	Objetivos Nacionais	Forças Armadas (FA)	FA (ajuda humanitária)	
	Coletivo	Internacional	Objetivos vitais do conjunto de nações (coincidentes com o interesse nacional)	FA coligadas sob a égide de um Órgão de Segurança Coletiva		

Fonte: BRASIL, 2015a

QUADRO 2

Principais acordos permanentes de cooperação e coordenação bilateral na região sul-americana e seus mecanismos institucionais (Argentina).

País	Medida
Bolívia	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo entre a República da Bolívia e a República Argentina para o fortalecimento da cooperação em matéria de Defesa e Segurança internacionais e seu protocolo complementar; - Memorando de entendimento entre o Governo da República da Bolívia e o Governo da República da Argentina sobre o Comitê Permanente de Segurança argentino-boliviano; - Acordo marco de Cooperação Acadêmica, Científica, Tecnológica, Industrial e Comercial na área da Defesa entre ambos os ministérios de Defesa
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo marco sobre Cooperação no âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina; - Mecanismo de Diálogo político-estratégico de nível viceministerial; - Grupo de Trabalho Conjunto; - Reunião de Consultas dos Estados Maiores Conjuntos.
Chile	<ul style="list-style-type: none"> - Memorando de entendimento entre a República do Chile e a República Argentina para o fortalecimento da cooperação em matéria de Segurança de interesse mútuo; - Comitê Permanente de Segurança Argentino-Chileno “COMPERSEG”; - Mecanismo 2+2 de Chanceleres e Ministros de Defesa do Chile e Argentina.
Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo para o fortalecimento da Cooperação em matéria de Defesa entre o Ministério da Defesa da República da Colômbia e o Ministério da Defesa da República Argentina.
Equador	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo de cooperação interinstitucional entre o Ministério da República do Equador e o Ministério da Defesa da República Argentina
Paraguai	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo de Cooperação Horizontal “Ñomopetei” (União entre o Ministro da Defesa Nacional da República do Paraguai e o Ministro de Defesa da República Argentina. - Comitê Permanente de consulta e cooperação em matéria de defesa e seguridade internacional, comitê argentino-paraguaio.
Peru	<ul style="list-style-type: none"> - Memorando de entendimento para a criação do Comitê Permanente de Coordenação e Cooperação sobre Temas de Segurança e Defesa entre os ministérios das Relações Exteriores e da Defesa da República do Peru e os Ministérios das Relações Exteriores e Culto e da Defesa da República Argentina - Comitê Permanente de Coordenação e Cooperação em Temas de Segurança e Defesa (COPERSE) com a República do Peru.
Suriname	<ul style="list-style-type: none"> - Memorando de Entendimento para a Cooperação em matéria de Defesa entre o Ministério da Defesa da República do Suriname e o Ministério da Defesa da República Argentina.
Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo para o Fortalecimento da Cooperação em matéria de Defesa entre o Ministério da Defesa Nacional da República Oriental do Uruguai e Ministério da Defesa da República Argentina.
Venezuela	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo para o Fortalecimento da Cooperação em matéria de Defesa entre o Ministério do Poder Popular para a Defesa da República Bolivariana da Venezuela e o Ministério da Defesa da República Argentina.

Fonte: ARGENTINA, 2015

QUADRO 3

Acordos de Cooperação internacional do Ministério de Defesa Nacional do Chile relativos à cooperação em ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa

País	Ano	Acordo
Argentina	2009	- Grupo de Trabalho Bilateral para a cooperação em Ciência, Tecnologia e Produção da Defesa (GTB-CTPD) dependente do Comitê Permanente de Segurança (COMPERSEG).
		- Reunião Plenária do GTB-CTPD (2015) resolve “Desenvolver de um kit de geração de energia portátil para forças terrestres empregadas’.
Brasil	2007	- Acordo sobre Cooperação em Defesa.
		- 2016, Mecanismo de funcionamento do Grupo de Trabalho Bilateral para a cooperação em Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa (GTBCTID).*
Canadá	2011	- Agenda sobre Material de Defesa.
	2012	- Memorando de Entendimento sobre cooperação em Defesa.
China	2011	- Memorando de Entendimento sobre Intercambio e Cooperação Militar:
		- 2017, Memorando de Cooperação em Indústria de Defesa (proposta da China).**
	2011	- Memorando de Entendimento sobre cooperação em Defesa.
Colômbia		- 2017, Mecanismo de Funcionamento do Grupo de Trabalho Bilateral para a cooperação em Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa (GTBCTID).***
Coréia do Sul	2017	- Acordo sobre Cooperação nos Âmbitos da Defesa e Apoio Logístico.
	2007	- Acordo de Intercâmbio de Engenheiros e Cientistas (ESEP – Engineer and Scientist Exchange Program).
EUA	2008	- Acordo de Intercâmbio de Informação sobre Investigação e Desenvolvimento (MIEA – Master Information Exchange Agreement).
	2016	- Acordo sobre Projeto de Investigação, Desenvolvimento, Prova e Avaliação (RDT&E, Research, Development, Test & Evaluation Project).****
Turquia	2007	- Acordo de Cooperação sobre Treinamento Militar, Indústria de Defesa, Tecnologia e Ciência.
	2016	- Memorando de Cooperação em Indústria de Defesa

* Em revisão técnica-jurídica no Brasil desde abril de 2016

** Em Avaliação por parte do Chile

*** Em fase final de negociação

**** Em trâmite legislativo em 08/2017

Fonte: Chile, 2017